



PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA

PLANO DE COGESTÃO

2025 - 2028



COMISSÃO DE COGESTÃO

A Comissão de Cogestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), juntamente com a equipa da Estrutura de Apoio, apresentam o Plano de Cogestão do PNSACV 2025-2028, aprovado na sua reunião de 16/09/2025.

Comissão de Cogestão:

- Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Hélder Guerreiro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pela Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, Rute Silva;
- Diretor Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve, Carlos Ludovico, sendo substituído nas situações de impedimento ou ausência, pelo Chefe de Divisão das Áreas Classificadas da Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve (DRCNF Algarve), Luís Ferreira;
- Representante da Universidade do Algarve, Carla Rolo Antunes;
- Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, com inscrição ativa no registo nacional previsto na Lei n.º 35/98, de 18 de julho, na sua redação atual, relevantes para o desenvolvimento sustentável dos territórios abrangidos pela área protegida, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Luís Miguel Jerónimo, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);
- Representante da Universidade de Évora, Carlos Pinto Gomes;
- Representante da Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Carlos Albano;
- Representante da TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Dora Guerreiro;
- Vice-Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), José Pacheco, sendo substituído nas situações de impedimento ou ausência pelo Chefe de Divisão de Avaliação Ambiental e Biodiversidade da CCDR Algarve, Ricardo Canas.

Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão:

- Técnica de Apoio à Cogestão - Câmara Municipal de Odemira, Vera Correia;
- Câmara Municipal de Aljezur, Márcio Correia;
- Câmara Municipal de Sines, André Costa;
- Câmara Municipal de Vila do Bispo, Ricardo Soares e Beatriz Oliveira;
- CCDR Algarve, Luísa Cruz.
- DRCNF Algarve, Mónica Inácio;
- GEOTA, Luís Miguel Jerónimo e João Madeira;
- TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Dora Guerreiro;
- Universidade do Algarve, Carla Rolo Antunes;
- Universidade de Évora, Carlos Pinto Gomes;
- Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, Carlos Albano.

AGRADECIMENTOS

Pela colaboração prestada e disponibilização de dados e/ou imagens:

Paula Metrogos, Margarida Percheiro, Joana Pereira, Nelson Reis, Francisco Martins e Gabinete de Comunicação (MUNICÍPIO DE ODEMIRA); Alice Marcos; José Batista e a todos os Vigilantes da Natureza do PNSACV (ICNF); João Carlos Farinha e Alexandra João (CCDR ALENTEJO); Ema Mendonça (ERT ALGARVE); Sara Serrão e Delphine Attali (ROTA VICENTINA).

ÍNDICE GERAL

RESUMO NÃO TÉCNICO	8
1. ENQUADRAMENTO	11
1.1 Âmbito do Documento.....	12
1.2 Elaboração.....	13
1.3 Responsáveis pela Aprovação do Plano	13
1.4 Horizonte Temporal a que se Destina.....	13
2. MODELO DE COGESTÃO DO PNSACV	14
2.1 Comissão de Cogestão	15
2.2 Conselho Estratégico.....	16
2.3 Estrutura de Apoio	16
2.4 Missão, Visão e Valores.....	16
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA	17
3.1 Geologia/Paisagem/Rede Hidrográfica	19
3.2 Habitats/Flora/Fauna	21
3.3 Atividades Económicas/Demografia	26
3.4 Estruturas de Apoio à Visitação	28
4. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS.....	37
4.1 Atores Chave	38
4.2 Auscultação e Envolvimento	39
4.2.1 Inquérito online.....	39
4.2.2 Participação em feiras e eventos	42
4.2.3 Sessões participativas.....	43
4.2.4 Outras sessões e reuniões.....	46
4.3 Consulta Pública	47
5. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	49
5.1 Análise SWOT	50
5.2 Fatores Críticos Do Território.....	51
5.3 Mudanças para o Território	53
5.4 Estratégia Consensual para o Território.....	55
6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER.....	57
7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	67

7.1	Financiamento das Medidas e Ações	68
7.2	Estratégias de Obtenção de Financiamento	68
7.3	Resumo do Investimento Necessário ao Plano de Cogestão	69
8.	MONITORIZAÇÃO	71
9.	DIVULGAÇÃO	76
10.	BIBLIOGRAFIA	78
11.	ANEXOS	81

Anexo I – Estatutos da Comissão de Cogestão e do Conselho Estratégico do PNSACV

Anexo II – Resumo do enquadramento legal do PNSACV

Anexo III – Interações com os atores chave para elaboração do Plano de Cogestão

Anexo IV – Projetos e ações de conservação e restauro ecológico na área terrestre e marinha do PNSACV

ÍNDICE DE FIGURAS

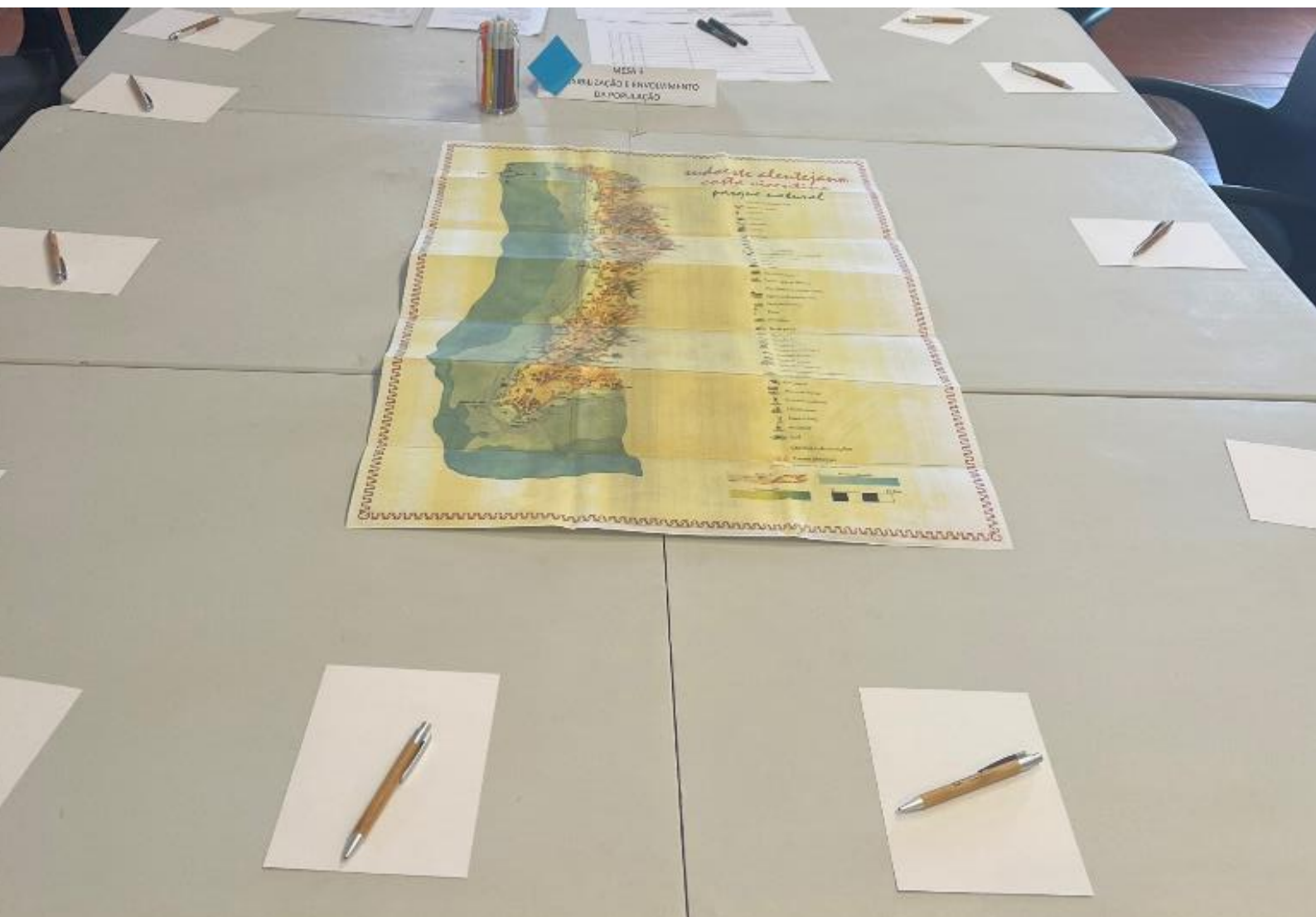
Figura 1 - Mapa do PNSACV (Fonte: ICNF)	18
Figura 2 - Geossítios já identificados no PNSACV (Fonte: ProGEO)	20
Figura 3 - Centaurea vicentina e Plantago almogravensis (Fonte: Flora-on)	23
Figura 4 - Ciconia ciconia nas falésias do Cabo Sardão (Fonte: ICNF)	24
Figura 5 - Pollicipes pollicipes do PNSACV (Fonte: ICNF)	26
Figura 6 - População das freguesias do PNSACV (Fonte: INE, 2021)	27
Figura 7 - Passadiços e miradouros entre Porto Covo e a Ilha do Pessegueiro (Fonte: Polis Litoral Sudoeste)	29
Figura 8 - Parques de merendas do PNSACV (Fonte: Municípios)	30
Figura 9 - Passadiços e miradouros do PNSACV (Fonte: Municípios)	31
Figura 10 - Passadiço e escadaria de acesso à praia Carreagem (Fonte: PLSW)	32
Figura 11 – Cabo Sardão (Fonte: PLSW)	33
Figura 12 - Forte da Ilha do Pessegueiro (Fonte: PLSW)	34
Figura 13 - Museu de Vila do Bispo (Fonte: CM Vila do Bispo)	35
Figura 14 - Questionário digital da Cogestão do PNSACV (Fonte: CM Odemira)	39
Figura 15 - Questão n.º 4 “Considera que a existência do PNSACV beneficia o modo de viver e/ou visitar este território?”	40
Figura 16 - Questão n.º 7 “Que ameaças identifica no PNSACV?”	41
Figura 17 - Questão n.º 8 “Que oportunidades identifica no PNSACV?”	41
Figura 18 - Stand da Cogestão do PNSACV (Fonte: EP)	42
Figura 19 - Calendarização das sessões participativas	43

Figura 20 - Palavras e ideias dos participantes no início das sessões (Fonte: EP)	44
Figura 21 - Sessão participativa em Vila de Bispo (Fonte: EP)	45
Figura 22 - Sessão com os alunos do ensino secundário (Fonte: EP)	46
Figura 23 - Sessão participativa em Odemira (Fonte: EP)	48
Figura 24 - Análise SWOT do PNSACV realizada com base no processo participativo	50
Figura 25 - Sessão participativa em Aljezur (Fonte: EP)	55
Figura 26 - Eixos estratégicos e áreas-chave de atuação	56
Figura 27 - Medidas de execução por cada eixo definido	58
Figura 28 – Medidas e ações do Eixo 1.....	60
Figura 29 – Medidas e ações do Eixo 2.....	63
Figura 30 – Medidas e ações do Eixo 3.....	65
Figura 31 - Estimativa orçamental das ações do Plano de Cogestão.....	69
Figura 32 - Vista sobre o oceano Atlântico, Vila do Bispo (Fonte: EP).....	70
Figura 33 - Indicadores de realização, situação de referência e metas estabelecidas, conforme estabelecido na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março	73
Figura 34 - Análise geral das medidas definidas para o cumprimento das metas estabelecidas no conjunto mínimo obrigatório de indicadores para os Planos de Cogestão	75
Figura 35 - Espaço digital online dedicado à Cogestão do PNSACV (Fonte: CM Odemira)	77

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AHSA	ASSOCIAÇÃO DE HORTICULTORES, FRUTICULTORES E FLORICULTORES DOS CONCELHOS DE ODEMIRA E ALJEZUR
ALMARGEM	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ALGARVE
AMN	AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL
AP	ÁREA PROTEGIDA
APA/ARH ALENTEJO	ADMINISTRAÇÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA ALENTEJO
APA/ARH ALGARVE	ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALGARVE
ASPEA	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ASSOCIAÇÃO VICENTINA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUDOESTE
CCDR ALENTEJO	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I.P.
CCDR ALGARVE	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P.
CCMAR	CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR DO ALGARVE
CEBAL	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E AGRO-ALIMENTAR DO ALENTEJO
CIEMAR	LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DO MAR DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA
CM ALJEZUR	CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR
CM ODEMIRA	CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA
CM SINES	CÂMARA MUNICIPAL DE SINES
CM VILA BISPO	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO BISPO
DGT	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO
DGRM	DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS
DRCNF ALGARVE	DIREÇÃO REGIONAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS DO ALGARVE
EBIO	ESTAÇÕES DA BIODIVERSIDADE
EP	EQUIPA DA ESTRUTURA DE APOIO DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PNSACV
ENCNB 2030	ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE PARA 2030
ERT ALENTEJO	ALENTEJO ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO E RIBATEJO
ERT ALGARVE	ALGARVE ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE
GEOTA	GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
GNR	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
ICNF	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.
LPN	LIGA PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA
MARE	CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR E DO AMBIENTE
MED	INSTITUTO MEDITERRÂNEO PARA A AGRICULTURA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
MOSSY EARTH	ASSOCIAÇÃO MOSSY EARTH
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PLSW	POLIS LITORAL SUDOESTE, SA - REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA
PNSACV	PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA
ROTA VICENTINA	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA NA COSTA ALENTEJANA E VICENTINA
RICNB	REGIME JURÍDICO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
RNAP	REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS
SPEA	SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES
TAGIS	CENTRO DE CONSERVAÇÃO DAS BORBOLETAS DE PORTUGAL
TAIPA	ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CONCELHO DE ODEMIRA

RESUMO NÃO TÉCNICO



O Plano de Cogestão do PNSACV para o período de 2025 a 2028 pretende estabelecer uma estratégia integrada para a gestão sustentável desta área protegida. Elaborado pela Comissão de Cogestão e Equipa da Estrutura de Apoio, este plano visa a valorização e promoção do território, a sensibilização das populações locais e visitantes e a melhoria da comunicação com todos os interlocutores e utilizadores. Surge como resposta à necessidade de uma gestão mais próxima e colaborativa, envolvendo diversas entidades, incluindo autarquias locais, organizações não governamentais, associações de desenvolvimento local e instituições académicas.

O PNSACV abrange uma vasta área costeira e marinha, reconhecida pela sua biodiversidade única e património natural excecional. O território apresenta um mosaico de habitats, incluindo falésias, dunas, charcos temporários mediterrânicos e zonas húmidas, albergando espécies emblemáticas, muitas delas exclusivas desta área protegida. Além do património natural, a região conta com importantes valores culturais e históricos, associados às suas comunidades locais e tradições.

O Plano está organizado em eixos estratégicos que visam contribuir para a melhoria da gestão do PNSACV ao nível da comunicação, da sensibilização e educação ambiental, do incentivo à participação comunitária e da cooperação entre entidades.

A auscultação e o envolvimento dos atores locais foram essenciais para a elaboração do Plano. Foram realizadas diversas iniciativas para recolher opiniões e contributos, incluindo um inquérito online acessível a residentes e visitantes (português e inglês), participação em feiras e eventos para promover interação direta com a população, sessões participativas nos municípios abrangidos pelo PNSACV, onde foram debatidas questões sobre ordenamento, turismo, conservação e desenvolvimento local, e uma consulta pública que permitiu a recolha de sugestões e preocupações. Este processo garantiu uma abordagem participativa e transparente, assegurando que as decisões refletissem as necessidades e expectativas das populações.

O diagnóstico do território incluiu uma análise detalhada através de uma matriz SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Entre os pontos fortes do PNSACV destacam-se a biodiversidade única, o envolvimento comunitário e o potencial turístico sustentável. Entre os pontos fracos, identificam-se a falta de investimento em ações de conservação, infraestruturas degradadas e necessidade de maior fiscalização. Como oportunidades, destaca-se a captação de financiamentos europeus, a promoção do turismo de natureza e o desenvolvimento de projetos de educação ambiental. As principais ameaças incluem a falta de compatibilização das principais atividades económicas com a conservação dos valores naturais presentes, as alterações climáticas e a degradação de habitats. A identificação desses fatores permitiu definir ações para ajudar a minimizar os riscos e a maximizar as potencialidades do território.

Com base no diagnóstico, foram definidas medidas e ações prioritárias estruturadas em três eixos. No eixo da promoção da sustentabilidade do território destaca-se o acompanhamento e divulgação de projetos de restauro ecológico de habitats nas áreas marinha e terrestre, a elaboração de um plano e ações para controlo de pequenos núcleos de distribuição de espécies invasoras, e ações prioritárias de ordenamento/balizamento de acessos para evitar práticas ilegais de utilização dos espaços naturais. No eixo da sensibilização e educação ambiental prevê-se o desenvolvimento de ações de sensibilização sobre boas práticas ambientais, o desenvolvimento de programas de sensibilização e educação ambiental para escolas e

comunidades, e a promoção da investigação e produção de conhecimento sobre o PNSACV. No eixo do envolvimento, participação e comunicação propõe-se a criação de meios de comunicação e divulgação, iniciativas de participação cidadã, o incentivo ao envolvimento e ao aumento do sentido de pertença dos atores locais ao território, e o estabelecimento de parcerias entre entidades em prol do desenvolvimento sustentável do PNSACV.

As ações do Plano de Cogestão do PNSACV visam contribuir para o início de um percurso de gestão equilibrada do território. Embora o caminho a percorrer seja ainda longo, é fundamental que esta gestão se baseie numa relação interdependente e mutuamente benéfica entre os sistemas sociais - como as comunidades humanas e as atividades económicas - e os sistemas ecológicos, designadamente os habitats naturais e a biodiversidade. Esta abordagem deverá ser orientada, numa ótica de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a diversidade e as especificidades dos diferentes locais que constituem o PNSACV. A sua implementação eficaz dependerá do compromisso de todas as partes interessadas/envolvidas e do acesso a financiamento adequado para a sua execução.

1. ENQUADRAMENTO



Armeria pugs

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (RJCNB). São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres, aquáticas e marinhas, cuja biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar. Tendo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, a missão de assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e internacionais neste domínio e a salvaguarda da RNAP.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), veio prever, enquanto medida estruturante, a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas, incentivando o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território. Assim, os Municípios abrangidos pelas áreas protegidas são propostos a participar na gestão das suas áreas protegidas, através da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, referente ao quadro de transferências de competências para as autarquias locais.

O Modelo de Cogestão, criado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, pretende imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada em cada área.

1.1 ÂMBITO DO DOCUMENTO

No âmbito do Modelo de Cogestão prevê-se a elaboração de um Plano de Cogestão, que determina a estratégia a adotar com vista à valorização e promoção do território, à sensibilização das populações locais e à melhoria da comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, que integrará um programa de medidas e ações que concretizem essa estratégia.

Desta forma, foi elaborada o presente Plano de Cogestão do PNSACV, tendo por base um diagnóstico participativo desta área protegida, que permitiu identificar os seus constrangimentos e limitações, bem como as suas potencialidades e mais valias no contexto do Modelo de Cogestão. A análise foi suportada por contributos dos diversos atores locais, em conjunto com os membros da Comissão de Cogestão e da respetiva Estrutura de Apoio, tendo sempre em vista as necessidades e prioridades do PNSACV, em termos da sua valorização, comunicação, promoção, sensibilização e conservação dos seus valores naturais. Esta estratégia permitiu elaborar o Plano de Cogestão que reflete uma visão partilhada por todas as entidades envolvidas e com presença neste território.

O Plano de Cogestão que aqui se apresenta estabelece objetivos gerais, que se traduzem em três eixos estratégicos e se formalizam num programa de medidas e ações consideradas prioritárias com vista ao desenvolvimento sustentável do PNSACV. De realçar que as medidas e as ações definidas neste documento pretendem estar em concordância com o Plano de

Ordenamento do PNSACV, bem como com os demais instrumentos de gestão territorial em vigor de âmbito nacional, regional e municipal, destacando ainda o seu contributo para as metas preconizadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e o alinhamento com as políticas e prioridades da Comissão Europeia.

A área geográfica considerada neste Plano de Cogestão abrange a área delimitada pelos limites do PNSACV, e as áreas terrestres circundantes, situadas dentro dos limites administrativos dos quatro municípios que a compõem: Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo. A inclusão destas áreas envolventes foi justificada e aprovada durante a reunião da Comissão de Cogestão realizada em 9 de maio de 2025, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto (n.º 3 do artigo 1.º), na sua redação atual. As ações programadas a serem realizadas para além dos limites da área protegida justificam-se face à importância em dar continuidade a iniciativas em curso na área deste Parque Natural.

1.2 ELABORAÇÃO

Compete à Comissão de Cogestão da Área Protegida a elaboração do Plano de Cogestão, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, com Declaração de Retificação n.º 1-F/2024, de 15 de janeiro.

O Plano de Cogestão do PNSACV foi elaborado pela Comissão de Cogestão desta área protegida, coadjuvada por uma Estrutura de Apoio, conforme o n.º 1, do artigo 10.º do Decreto-Lei suprarreferido, constituída por técnicos nomeados por cada uma das entidades que compõem a Comissão, e por um Técnico de Apoio à Cogestão.

1.3 RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO DO PLANO

Segundo a alínea i) do artigo 8.º do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, compete à Comissão de Cogestão do PNSACV aprovar o respetivo Plano de Cogestão, após o parecer prévio do Conselho Estratégico do PNSACV.

1.4 HORIZONTE TEMPORAL A QUE SE DESTINA

O Plano de Cogestão do PNSACV integra um programa de medidas e ações a executar num horizonte temporal de 4 anos, nomeadamente de 2025 a 2028, respeitando o período mínimo de três anos estipulado no Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual.

2. MODELO DE COGESTÃO DO PNSACV



O Modelo de Cogestão concretiza o princípio do envolvimento ativo dos órgãos municipais na gestão das áreas protegidas. Esta abordagem inclui igualmente a participação de instituições de ensino superior e de outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável destas áreas.

Neste âmbito, foi previsto a figura da Comissão de Cogestão para cada área protegida de âmbito nacional. Esta Comissão é um órgão diretamente envolvido na definição da estratégia de gestão, valorização e desenvolvimento sustentável da área protegida, e na implementação de medidas concretas com particular incidência nos domínios da promoção, da sensibilização e da comunicação.

O Modelo de Cogestão do PNSACV foi oficializado através do pedido formal ao ICNF, I.P. pelos municípios, que integram o PNSACV, nomeadamente Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo, e tem os seguintes objetivos:

- criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais, históricos e culturais, e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, os municípios e demais entidades públicas competentes;
- gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida;
- contribuir, ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;
- contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

A Cogestão do PNSACV assenta em duas estruturas: a Comissão de Cogestão e o Conselho Estratégico. A Comissão de Cogestão assume um papel importante no acompanhamento e na definição da estratégia de valorização e desenvolvimento sustentável da área protegida. O Conselho Estratégico tem natureza consultiva, contribuindo com orientações e recomendações.

2.1 COMISSÃO DE COGESTÃO

A composição da Comissão de Cogestão do PNSACV, é constituída de acordo com o Despacho n.º 9585/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 4 de agosto de 2022, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, alterado pelo Despacho n.º 2971/2024, de 20 de março. A Comissão de Cogestão é um órgão próprio do Modelo de Cogestão, que funciona junto da área protegida, estando as suas competências descritas no Anexo I.

2.2 CONSELHO ESTRATÉGICO

De acordo com o Despacho n.º 6077/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2015, o Conselho Estratégico do PNSACV é um órgão de natureza consultiva, de apoio ao planeamento e gestão, que funciona junto da área protegida. A sua composição e funções no âmbito da Cogestão do PNSACV estão descritas no Anexo I.

2.3 ESTRUTURA DE APOIO

No exercício das suas funções a Comissão de Cogestão é coadjuvada por uma Estrutura de Apoio constituída por técnicos designados para o efeito por cada uma das entidades nela representadas.

2.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Missão, a Visão e os Valores que orientam o Plano de Cogestão do PNSACV foram definidos, considerando:

- as características, o potencial e os desafios inerentes à gestão e desenvolvimento do território do PNSACV;
- os objetivos delineados para a implementação do Modelo de Cogestão em áreas protegidas;
- os objetivos partilhados pela Comissão de Cogestão desta área protegida e o compromisso que ela assume na valorização e sustentabilidade do território.

Missão: Durante o período de 2025-2028, a Comissão de Cogestão pretende contribuir para a conservação e promoção dos valores naturais presentes no PNSACV, através de uma estratégia de gestão conjunta, orientada para a sensibilização, promoção e comunicação, incluindo a compatibilização com as atividades humanas desenvolvidas no território, e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Visão: Ser uma área protegida valorizada, que aposta na sensibilização e comunicação como meio de fomentar a conservação dos valores naturais presentes e o sentido de pertença e envolvimento das comunidades locais, promovendo iniciativas que aliam as atividades entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos, numa ótica de desenvolvimento sustentável.

Valores: Partilha, boa comunicação, cooperação, compromisso, bom senso, respeito e transparência.

A Comissão de Cogestão cumprirá os mais elevados valores éticos, morais e profissionais em todos os seus empreendimentos organizacionais e, ao fazê-lo, responsabiliza-se perante a sua missão e o público em geral. Compromete-se a implementar uma gestão de proximidade entre as entidades que a integram, de acordo com a Missão, Visão e Valores referidos anteriormente.

Neste sentido a Comissão de Cogestão do PNSACV pretende definir e executar as medidas e ações necessárias para a concretização dos eixos estratégicos estabelecidos para o PNSACV, no âmbito das suas funções e no contexto do Modelo de Cogestão.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA



Figura 1 - Mapa do PNSACV (Fonte: ICNF)

O PNSACV localiza-se a Sudoeste da Península Ibérica, em Portugal Continental, abrangendo parte dos distritos de Setúbal, Beja e Faro. Desenvolve-se desde a ribeira da Junqueira, a norte de Porto Covo, no concelho de Sines, até ao limite do concelho de Vila do Bispo, junto ao Burgau, passando pelos concelhos de Odemira e Aljezur (Figura 1).

Esta área protegida, com uma grande diversidade de *habitats* costeiros, foi classificada a fim de preservar a sua diversidade traduzida na presença de uma flora enriquecida de vários endemismos e de uma fauna em que a avifauna e ictiofauna detêm um papel destacado.

O PNSACV abrange uma superfície de 89.568,77ha, das quais 60.577,25ha correspondem à zona terrestre e 28.991,52ha à área marinha, designada por Parque Marinho. A área estende-se ao longo de uma faixa estreita do litoral, entre São Torpes, a norte, e Burgau, a sul. Este território corresponde a uma zona de interface mar-terra com características muito específicas que lhe conferem uma elevada diversidade paisagística, incluindo alguns habitats que suportam uma elevada biodiversidade, tanto florística como faunística (ICNF, 2025).

Ao valor natural acresce um património histórico, arqueológico e cultural também relevante no contexto nacional e comunitário.

Atendendo às características referidas e aos valores naturais presentes na área, o PNSACV encontra-se parcial ou totalmente abrangido por diferentes estatutos de proteção.



O PNSACV é uma área protegida de interesse nacional criada pelo Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de julho, inicialmente com o estatuto de paisagem protegida, e posteriormente, pela publicação do Decreto Regulamentar n.º 26/95, é criado o parque natural. Apresenta-se no Anexo II um breve resumo do seu enquadramento legal.

3.1 GEOLOGIA/PAISAGEM/REDE HIDROGRÁFICA

Numa perspetiva geológica, esta área apresenta uma grande geodiversidade, incluindo predominantemente rochas sedimentares do Paleozóico, Mesozóico e Cenozóico, por vezes na mesma área/afloramento. Notoriamente bem expostos, encontram-se turbiditos metasedimentares do Paleozóico e sequências carbonatadas do Mesozóico. Os depósitos cenozóicos, apesar de menos frequentes e menos espessos, estabelecem uma estreita relação com a evolução geomorfológica desta área costeira (Balbino, 2009).

O PNSACV está integrado em duas grandes unidades geológicas: a Zona Sul Portuguesa e a Orla meso – cenozóica meridional. A primeira unidade está talhada na fachada ocidental do parque (entre S. Torpes e Vila do Bispo) em xistos e grauvaques, com bancadas quartzíticas de idade paleozóica, cobertos em áreas extensas por sedimentos recentes (plio-quadernários). A unidade de idade paleozóica está muito dobrada e fraturada pela orogenia hercínica. A fachada meridional (entre o Cabo de São Vicente e o Burgau) é genericamente constituída por rochas sedimentares meso-cenozóicas, carbonatadas ou detríticas. Estas rochas constituem a segunda unidade supramencionada, em geral muito fraturada pela orogenia alpina (Balbino, 2009).

Geomorfologicamente, a área do parque está dividida em dois conjuntos distintos, a planície Litoral Ocidental e a Orla Algarvia. A planície ocidental forma uma faixa unida que só é interrompida pelos cursos de água. Esta planície está talhada em rochas do Paleozóico e encontra-se coberta por uma película de areias geralmente finas, muitas vezes com pequenos seixos bem rolados. As características do relevo da orla algarvia vêm-lhe da composição litológica e da posição entre o mar e as serras do Caldeirão e de Monchique. As elevações da orla constituem como que uma dependência da primeira daquelas serras cuja superfície alta continua na orla. Entre as rochas desta sobressaem os calcários pela importância que têm no relevo.

O património geológico é constituído por locais de aspetos notáveis da geodiversidade, representados por geossítios de valor excecional à memória geológica da região, de importância internacional, nacional ou regional. A este nível o território do PNSACV apresenta um conjunto de geossítios (ver Figura 2), já classificados pelo inventário nacional do património geológico que foi baseado nas metodologias internacionais promovidas pela ProGEO (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) e pela IUGS (União Internacional das Ciências Geológicas). Este inventário está em permanente atualização.

Figura 2 - Geossítios já identificados no PNSACV (Fonte: ProGEO)

GEOSSÍTIOS NO PNSACV	
Vila do Bispo	Praia do Telheiro Praia da Murração Praia de Quebradas Beliche Mareta-Cilheta Salema Boca do Rio Lapiás e algares da Plataforma de Sagres Baía de Armação Nova
Aljezur	Corte geológico das arribas da Carrapateira Aljezur
Odemira	Praia da Foz dos Ouriços Barreiras – Monte da estrada Derroca Gralheiras
Sines	Duna consolidada da Ilha do Pessegueiro

Em termos de paisagem, conforme a tipologia de Cancela d'Abreu et al. (2004), o PNSACV localiza-se na confluência dos seguintes grupos e unidades de paisagem: o grupo T – Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino – 117, 118, 119; e o grupo U – Serras do Algarve e do Litoral Alentejano – 120 e 121. Trata-se de uma faixa litoral marginada por um planalto costeiro com falésias abruptas e muito recortadas que escondem pequenas praias de areia. Podem distinguir-se três tipos de paisagem na plataforma litoral, nomeadamente:

- O setor de Vila Nova de Milfontes, plataforma larga e plana sem entalhes, à exceção do vale do Mira, dominada pelas serras litorais e onde as areias são escassas e descontínuas;
- O setor de Arrifana, superfície plana recortada com entalhes profundos com areias escassas e descontínuas;
- A plataforma litoral no Algarve meridional.

Acrescentem-se troços de arriba baixa, cordões dunares, um infindável cortejo de ilhotas e recifes, a ilha do Pessegueiro, o estuário do Mira, o Cabo Sardão, o Promontório de Sagres. Os xistos de Arrifana e Odeceixe e os calcários de Sagres contrastam com sistemas dunares tão diversos quanto os de Milfontes ou do Sardão.

O PNSACV é abrangido por duas regiões hidrográficas, nomeadamente a região hidrográfica do Sado e Mira, designada por RH6, que integra as bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes; e a região hidrográfica das ribeiras do Algarve, designada por RH8, que integra as bacias hidrográficas das ribeiras do Algarve incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

As principais linhas de água que percorrem a área do PNSACV, no sentido Norte-Sul, desaguardando diretamente no Oceano Atlântico são as seguintes: barranco de São Torpes, ribeira de Morgavel, barranco da Sonoga, rio Mira, barranco do Barranquinho, barranco dos Cavalos, ribeira do Torgal, ribeira de Seixe, ribeiro do Lavajinho, ribeira do barranco Maria Vinagre, ribeira de Aljezur (ou da Cerca ou Chilrão), ribeira do Bar do Porto e ribeira da Bordeira/ Carrapateira, estas

últimas na Costa Ocidental. Na Costa Sul e no sentido Oeste-Este, em que os cursos de água apresentam orientação geral Norte-Sul assinalam-se a ribeira de Mós, a ribeira da Torre, a ribeira de Benacoitão, o ribeiro da Figueira, a ribeira de Budens e a ribeira de Vale Barão.

A organização da rede hidrográfica confere uma individualidade característica (grande parte escoia diretamente para o mar) com numerosos cursos de água de dimensão reduzida, quer em extensão, quer em área da bacia hidrográfica correspondente. As bacias hidrográficas das referidas linhas de água são, em geral, de área reduzida, exceção para a bacia hidrográfica do rio Mira, com uma área total de cerca de 1 580km². Entre as linhas de água presentes da área do PNSACV destaca-se o rio Mira, por ser um rio de regime permanente. A morfologia dos principais cursos de água, a natureza litológica do substrato rochoso e as características da precipitação determinam o regime de escoamento. A maior parte dos cursos de água são temporários, ou seja, só têm caudal em determinadas épocas do ano. Os pequenos ribeiros localizados no extremo sudoeste do parque, por outro lado, tendem a secar durante o verão, mas podem ter um fluxo caudaloso em anos de maior precipitação.

O PNSACV apresenta características hidrológicas e ecológicas importantes, sustentando um grande número de espécies de flora e fauna, incluindo espécies de peixes prioritárias e endémicas, ou seja, aquelas que só existem naquela região. As galerias ripícolas (as áreas ao longo dos rios) são descritas como habitats relevantes para a migração de passeriformes transarianos (aves migratórias). Além disso, essas áreas são importantes para a alimentação e o refúgio de várias espécies de mamíferos. Destaca-se pelas zonas de "nursery" (berçários) para várias espécies de peixes, além de servir como um habitat privilegiado para aves migratórias, seja para alimentação, repouso ou nidificação.

3.2 HABITATS/FLORA/FAUNA

O PNSACV apresenta uma biodiversidade elevada, dotada de uma singular florística e vegetal significativa, a que não é alheia a presença de habitats e espécies de grande interesse científico e patrimonial. Aliás, nas superfícies do PNSACV, assinala-se a presença de mais de 50% dos habitats naturais e seminaturais do Anexos I da Diretiva 92/43/CEE, reconhecidos para o território nacional, assim como dezenas de espécies florísticas mencionadas nos Anexos II, IV e V da mesma Diretiva, muitas exclusivas destas áreas. A título elucidativo destacam-se os habitats prioritários, entre os vários indicados para este território, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho:

- 1150* - Lagunas costeiras
- 1510* - Estepes salgadas mediterrânicas (*Limonietalia*)
- 2130* - Dunas fixas com vegetação herbácea («dunas cinzentas»)
- 2150* - Dunas fixas descalcificadas atlânticas (*Calluno-Ulicetea*)
- 2250* - Dunas litorais com *Juniperus spp.*
- 2270* - Dunas com florestas de *Pinus pinea* ou *Pinus pinaster* subsp. *atlantica*
- 3170* - Charcos temporários mediterrânicos
- 4020* - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*
- 5140* - Formações de *Cistus palhinhae* em charnecas marítimas
- 6220* - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*

- 91E0* - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

Para além disso, destaca-se a significativa área marinha, com arribas litorais, praias, dunas, charnecas e zonas húmidas (que incluem estuários, sistemas lagunares, cursos de água, charcos temporários mediterrânicos, pequenos açudes e uma vasta zona húmida costeira), bem como os habitats das falésias, do planalto costeiro e dos barrancos serranos, pelos valores florísticos que suportam.

A flora do PNSACV distribui-se por três tipos de ambientes geomorfológicos:

- Barrocal ocidental, no planalto vicentino a sul, com vegetação típica de solos calcários, uma zona de clima seco e quente;
- Planalto litoral, com vegetação mais diversificada, nas dunas, charnecas e áreas alagadiças, uma zona fresca e húmida; e
- Serras litorais e barrancos, com densa vegetação arbórea e arbustiva típica das zonas húmidas das ribeiras.

“Ao longo do PNSACV ocorre uma mistura de vegetação mediterrânica, atlântica e do norte de África, com predominância para a primeira. Existem cerca de 750 espécies, das quais mais de 100 são endémicas, raras ou localizadas; 12 não existem em mais nenhum local do mundo. Na área do Parque encontram-se espécies consideradas vulneráveis em Portugal, assim como também diversas espécies protegidas na Europa” (ICNF, 2025).

Ao nível bioclimático, Rivas-Martínez et al. (2017a) enquadram a totalidade da área no macrobioclima mediterrânico, com bioclima pluviestacional oceânico, cujo índice de continentalidade é marcado pela influência oceânica (semi-hiperoceânico a subhiperoceânico). O efeito da proximidade ao Atlântico tem como consequência uma maior regularização térmica, dominando o termótipo termomediterrânico. Relativamente à caracterização ômbrica ou pluviométrica, os ombrótipos que podem ser observados variam desde o seco ao sub-húmido.

No contexto biogeográfico, seguindo Rivas-Martínez et al. (2017b), os limites dos territórios do PNSACV, integram-se no Setor Ribatejano Sadense (Distrito Sadense) e no Setor Algarvico-Monchiquense (Distrito Promontório Vicentino, Distrito Costeiro-Vicentino e Distrito Serrano-Monchiquense), ambos os Setores pertencentes à Subprovíncia Gaditano-Sadense, Província costeira Lusitano-Andaluza Ocidental, Sub-região Mediterrânica Ocidental, Região Mediterrânica. Tratam-se de unidades biogeográficas ricas em endemismos e comunidades vegetais próprias do Sudoeste da Península Ibérica, muitas com distribuição restrita ou com ótimo ecológico nos referidos Distritos biogeográficos.

Entre os táxones de flora vascular endémicos mais característicos do território, assinala-se a ocorrência de *Armeria beirana* subsp. *monchiquensis*, *Avenula hackelii*, *Centaurea vicentina*, *Plantago almogravensis* (Figura 3), *Chaenorhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*, *Cistus palhinhae*, *Diplotaxis siifolia* subsp. *vicentina*, *Dittrichia maritima*, *Euphorbia paniculata* subsp. *calcicola*, *Herniaria algarvica*, *Hyacinthoides vicentina*, *Myosotis retusifolia*, *Silene rothmaleri*, *Stauracanthus spectabilis* subsp. *vicentinus*, *Teucrium vicentinum*, *Thymus camphoratus*, *Ulex erinaceus*.

Figura 3 - *Centaurea vicentina* e *Plantago almogravensis* (Fonte: Flora-on)



Refira-se ainda que, no âmbito das espécies protegidas ao abrigo da Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, transposta para direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual), releva-se a presença dos seguintes táxones classificados (incluídos nos Anexos II e IV do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro): *Apium repens*, *Armeria rouyana*, *Avenula hackelii*, *Biscutella sempervirens* subsp. *vicentina*, *Centaurea vicentina*, *Chaenorhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*, *Cistus palhinhae*, *Diplotaxis siifolia* subsp. *vicentina*, *Euphorbia transtagana*, *Halimium umbellatum* var. *verticillatum*, *Herniaria algarvica*, *Herniaria maritima*, *Hyacinthoides vicentina*, *Jonopsidium acaule*, *Limonium lanceolatum*, *Linaria algarviana*, *Linaria bipunctata* subsp. *glutinosa*, *Myosotis retusifolia*, *Ononis hackelii*, *Plantago almogravensis*, *Salix salviifolia* subsp. *australis*, *Silene rothmaleri*, *Caropsis verticillato-inundata*, *Thymus camphoratus*, *Thymus carnosus*, *Verbascum litigiosum*.

Ao nível do coberto arbóreo e arbustivo, assinalam-se as formações dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*) e pelo carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *broteroii*), os matagais altos de *Arbutus unedo* (medronheiro), *Erica arborea* (urze-arborea), *Viburnum tinus* (folhado), os zimbrais de *Juniperus turbinata* (sabina-da-praia) e os camarinhas de *Corema album* (camarinha). Destacam-se ainda os tojais de *Stauracanthus spectabilis* subsp. *vicentinus* e de *Ulex erinaceus*, e os estevais de *Cistus palhinhae*.

Entre as numerosas espécies de algas que povoam os fundos do Sudoeste destacam-se as *Codium spp.* e *Enteromorpha spp.*, as florestas de Laminárias, as *Cystoseira spp.* e *Padina*

pavonica, e as valiosas *Gelidium sesquipedale*. As plantas marinhas estão representadas por povoamentos de *Zoostera spp.* no estuário do Mira.

O sudoeste de Portugal alberga uma avifauna particularmente rica e variada e de extraordinária relevância. A única população costeira portuguesa de Gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), espécie altamente ameaçada, vive no concelho de Vila do Bispo, sendo a única existente no sul de Portugal. O Sisão (*Tetrax tetrax*), em perigo crítico de extinção, ainda persiste em pequenos números no PNSACV, sendo os únicos em toda a região do Algarve. Uma população singular de Laverças (*Alauda arvensis*) nidificantes, as únicas no sul de Portugal, sobrevive em bons números, assim como a Petinha-dos-campos (*Anthus campestris*), com uma população bastante estável e números significativos, comparando com o resto do Algarve.

Na costa de arribas marítimas do PNSACV, a cegonha-branca (*Ciconia ciconia*) conta-se entre as espécies mais frequentes. Habitualmente nidifica em árvores, em edifícios antigos ou até em postes de eletricidade, mas é aqui que encontramos—único caso no mundo—os seus ninhos erguidos num aparente equilíbrio instável (Figura 4).

Das aves de rapina, o Sudoeste possui uma importante população de Águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), ameaçada de extinção, uma população estabelecida de Águias-cobreiras (*Circus gallicus*) reprodutoras e um núcleo de Açor (*Astur gentilis*) em expansão na área.

Figura 4 - *Ciconia ciconia* nas falésias do Cabo Sardão (Fonte: ICNF)



Durante o outono, a passagem de cerca de 30 espécies de aves rapinas embelezam os céus, vindas do oeste e norte da Europa, na rota de regresso ao continente africano. Centenas de Águias-calçadas (*Hieraetus pennatus*), Águias-cobreiras e Milhafres-pretos (*Milvus migrans*) juntam-se sobre o concelho de Vila do Bispo. Em números mais reduzidos, mas muito significativos de outras rapinas ou aves planadoras, evidenciam-se as Águias-pesqueiras (*Pandion haliaetus*), as Cegonhas-pretas (*Ciconia nigra*), os Abutres-do-egipto (*Neophron percnopterus*), os Tartaranhões-caçadores (*Circus pygargus*), os Gaviões (*Accipiter nisus*), os Açores e outros, mais raros, como o Falco-da-rainha (*Falco eleonora*).

No período final da migração, em outubro e novembro, surgem na península de Sagres bandos enormes de cerca de 2000 Grifos (*Gyps fulvus*), talvez os maiores grupos do mundo a reorientarem-se para o Estreito de Gibraltar, onde atravessam para África. Associado a este movimento, sempre ocorrem alguns Abutres-pretos (*Aegypius monachus*) e Abutres do Egipto, bem como algumas Águias-imperiais (*Aquila adalberti*) e uma ou outra Águia-real (*Aquila chrysaetos*) em dispersão. Todos os anos, surgem alguns indivíduos do raríssimo Grifo-pedrês ou Grifo-de-rüppell (*Gyps rueppellii*) e ainda alguns casos ocasionais de Águia-pomarina (*Clanga pomarina*), Bútio-mouro (*Buteo buteo cirtensis*) e outras raridades.

Também, ao longo de outono, passeriformes trans-saharianos vindo de tudo o oeste e norte do continente Europeu, acumulam-se em muitos milhares, no sudoeste do PNSACV para se abastecer antes das suas viagens noturnas acima do mar até ao continente Africano. E aves marinhas, em passagem migratória, passam perto dos principais promontórios do Sudoeste como, por exemplo do Cabo de São Vicente. No inverno, os campos de Sudoeste, recebem aves que encontram refúgio do frio de norte da Europa.

No que respeita à fauna terrestre, salienta-se o facto de o PNSACV albergar a única população em habitat marinho de lontra-europeia (*Lutra lutra*) conhecida em Portugal, sendo também uma das últimas a utilizar o ambiente costeiro na Europa. Para além disso, existe uma ocorrência significativa do rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*) e de outras espécies como o texugo (*Meles meles*), o sacarrabo (*Herpestes ichneumon*) e a fuinha (*Martes foina*).

No parque marinho do PNSACV a natureza diversificada dos fundos e a confluência de distintas massas de água - mediterrânea, atlântica temperada e atlântica tropical - bem como o afloramento de águas profundas contribuem para a presença de elevados níveis de biodiversidade.

Fundos rochosos, acidentes geográficos - pequenos ilhotes, baías e cabos, sistemas lagunares e o estuário do Mira suportam habitats adequados em termos de abrigo, alimentação, crescimento e reprodução para muitas espécies marinhas. A forte componente em fundos rochosos, proporcionando uma maior variedade de habitats, possibilita uma maior diversidade biológica bem traduzida, aliás, na variedade de espécies da flora e fauna marinhas. Ressalva de espécies marinhas características, como o sargo-legítimo (*Diplodus sargus*), o sargo-safia (*D. vulgaris*), ou o bodião (*Labrus bergyls*) e percebe (*Pollicipes pollicipes*) na Figura 5.

Entre as espécies mais vulneráveis destaca-se o mero (*Epiphenelus marginatus*), os cavalos-marinhos (*Hippocampus hippocampus*) e (*H. guttulatus*), peixes migradores como a enguia (*Anguilla anguilla*) e sável (*Alosa alosa*), bem como os cabozes (*Gobius spp.* *Parablennius spp.*) e (*Lipophrys spp.*).

3.3 ATIVIDADES ECONÓMICAS/DEMOGRAFIA

A construção da Barragem de Santa Clara no concelho de Odemira, em 1969, e a implementação do Perímetro de Rega do Mira vieram alterar substancialmente a antiga realidade no norte e centro do PNSACV. Os solos arenosos são utilizados para a implementação de atividades agrícolas, sobretudo destinadas à exportação, tendo a disponibilidade de água permitido a reconversão e intensificação dos sistemas produtivos. A paisagem agrícola do PNSACV, incluída no perímetro de rega do Mira, tem hoje cortinas de árvores como abrigo contra os ventos marinhos, culturas em estufas, estufins e túneis e campos com plantações destinadas ao mercado de frutos vermelhos e das flores.

Contudo, mantém-se uma presença das atividades tradicionais, em particular da cultura da batata-doce, nomeadamente da sua variedade local, que se diferencia pela sua alta qualidade. Outra atividade tradicional que se mantém é a pecuária. Atualmente, a produção pecuária é dominada por bovinos de carne criados sobretudo em regime extensivo, muito embora haja igualmente produção de bovinos para leite e de ovinos (ICNF, 2021).

No que respeita à atividade piscatória, ao longo da maior parte desta costa, os abrigos utilizados pelos pescadores consistem em pequenos portos, conhecidos como portinhos de pesca. Tradicionalmente, a pesca era praticada a partir destes locais, em embarcações de madeira movidas a remos. As capturas eram geralmente modestas, destinando-se apenas ao consumo das populações locais.

Figura 5 - Pollicipes pollicipes do PNSACV (Fonte: ICNF)



Na relação tradicional com o mar a população sempre foi comedida na utilização dos seus recursos e, em parte, é isso que explica a riqueza da vida marinha que chegou até aos últimos decénios do século XX. No entanto, com o passar do tempo o mercado para os mariscos, como por exemplo o “percebe” (Figura 5), tornou-se irresistível. Foi assim necessário atribuir tamanhos mínimos, limitar as capturas e defender a costa com vista à proteção e recuperação dos seus recursos naturais (ICNF, 2021).

Ao nível da demografia, calcula-se que a população residente no PNSACV seja de cerca de 47773 habitantes, de acordo com os dados dos Censos 2021 (INE), referentes à população residente nas freguesias abrangidas pelo PNSACV (Figura 6).

Figura 6 - População das freguesias do PNSACV (Fonte: INE, 2021)

CONCELHO	FREGUESIA	HABITANTES
SINES	Sines	13107
	Porto Covo	1091
ODEMIRA	Vila Nova de Milfontes	5660
	Longueira/Almograve	2334
	São Salvador/Santa Maria	3373
	São Luís	1883
	São Teotónio	8699
ALJEZUR	Aljezur	3455
	Bordeira	370
	Odeceixe	1055
	Rogil	1165
VILA DO BISPO	Budens	1857
	Sagres	1894
	Vila do Bispo e Raposeira	1830
TOTAL		47773

O isolamento de outros tempos é apenas uma lembrança distante, porque tanto a chegada de migrantes de todos os cantos do mundo, como a de turistas fascinados pelas paisagens da região e pela hospitalidade da população local, são marcas bem evidentes no PNSACV, onde o turismo passou a ter uma grande relevância económica.

Na zona costeira, existem diversos aglomerados urbanos, de pequena e média dimensão, cuja origem foram as pequenas vilas piscatórias existentes, ampliadas pela fixação da população e pelo crescimento da segunda habitação para uso turístico, como por exemplo: Porto Covo, Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar, Almograve, Sagres ou Arrifana.

Alguns destes aglomerados desenvolveram-se junto às principais linhas de água que atravessam o PNSACV, como Odemira, Odeceixe e Aljezur, atravessados, respetivamente, pelo rio Mira, ribeira de Seixe e ribeira de Aljezur. Apesar da baixa densidade populacional deste território, este tem vindo a registar uma tendência ligeira de crescimento da população residente. Um crescimento mais acentuado é verificado ao nível das áreas artificializadas, associado a fenómenos de expansão/dispersão urbana e de conversão de espaços naturais em áreas residenciais e turísticas (ICNF, 2025).

Nos últimos anos a atividade turística no PNSACV tem vindo a desenvolver-se, embora ainda apresente grande sazonalidade tem já um peso importante na geração de emprego e na criação de riqueza para a região. De facto, é de salientar a crescente importância do setor turístico no território, tanto ao nível da oferta de alojamento, como dos serviços turísticos, assentes nas potencialidades das regiões de Turismo do Alentejo e do Ribatejo e do Algarve, muito associadas à beleza e diversidade das praias incluídas nos diversos roteiros turísticos que estruturam a visita e utilização recreativa deste território.

3.4 ESTRUTURAS DE APOIO À VISITAÇÃO

Relativamente às estruturas de apoio ao visitante existentes no PNSACV, destaca-se o seguinte:

Estações da Biodiversidade – Pertencente ao Projeto EBIO - Estações da Biodiversidade, da responsabilidade da TAGIS, do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, são percursos pedestres curtos, sinalizados no terreno através de painéis informativos sobre as riquezas biológicas a observar pelos visitantes. Cada estação está localizada num local de elevada riqueza específica e paisagística, representativa dos habitats característicos da área. Os painéis, embora atualmente apresentem alguma degradação, funcionam como uma espécie de guia de campo e fazem referência a espécies emblemáticas e comuns. São três, as estações da biodiversidade no PNSACV, a saber: Praia da Amoreira, Boca do Rio e Ribeira do Torgal (TAGIS, s/d).

Percurso do Perímetro Florestal de Vila do Bispo – Situado entre Vila do Bispo e a praia do Castelejo, é um percurso pedestre de cerca de 3,3 kms, onde se podem observar várias espécies de plantas endémicas.

Museu Vivo do Pontal da Carrapateira (Aljezur) – Percurso interpretativo circular que pretende criar sinergias entre o território e o Museu do Mar e da Terra, permitindo aos visitantes vivenciar presencialmente os valores naturais, culturais e geológicos daquele território.

Centro de Charcos Temporários Mediterrânicos do Sudoeste (Odemira) – Instalado no sítio das Pousadas Velhas, em Vila Nova de Milfontes, ao abrigo do Projeto LIFE Charcos, entre 2013 e 2018.

Jardim Ribeirinho do Mira (Odemira) - Trata-se de uma ampla zona verde nas margens do rio Mira em Odemira, que constitui o Percurso da Zona Ribeirinha do Mira, um espaço de fruição ligado aos ecossistemas ribeirinhos. As intervenções realizadas já há alguns anos na margem direita foram acompanhadas da instalação de painéis de sinalética interpretativa (que já denotam necessidades de reabilitação) e da edição de materiais informativos.

Cais no rio Mira – 12 cais para acostagem de embarcações de pequeno calado no rio Mira, no troço de rio entre Vila Nova de Milfontes e a vila de Odemira, possibilitando a dinamização e valorização do turismo, por via dos passeios turísticos que ali ocorrem, muitas vezes com uma escala intermédia na Casa Branca. Pretendem beneficiar as atividades de natureza e desportivas que ali acontecem, sendo exemplos a canoagem e o remo, quer a um nível local, regional e mesmo internacional.

Rotas e trilhos – A Associação Rota Vicentina tem duas grandes rotas de trilhos pedestres, num total de 489,5 km: Trilho dos Pescadores - 226,5 km com um total de 13 etapas desde S. Torpes a Lagos, passando pelo Cabo de S. Vicente; e o Caminho Histórico - 263 km com um total de 13 etapas desde Santiago do Cacém ao Cabo de S. Vicente. Para além disso, tem ainda 24 pequenas rotas que são percursos circulares, no total de 263 km, que se distribuem ao longo de todo o território. Relativamente aos trilhos cicláveis, tem ainda um conjunto de percursos, cujo total é de 2559 km, distribuídos da seguinte forma: Bicicleta todo o terreno: 1663 km; Grande travessia: 144 km; *Gravel* e *Bikepacking*: 225 km; *Touring Bike*: 527 km (Rota Vicentina, 2025).

A Via Algarviana é uma grande rota pedestre que, ao longo de 300 km de extensão, atravessa toda a região do Algarve, pelo interior, desde Alcoutim no Nordeste, até ao Cabo de S. Vicente, no extremo sudoeste. Disponibiliza também uma oferta de rede de percursos: 18 pequenas rotas, 10 percursos áudio guiados, 12 ligações e 4 rotas temáticas. Todo o seu traçado pode também ser percorrido em BTT ou a cavalo.

Figura 7 - Passadiços e miradouros entre Porto Covo e a Ilha do Pessegueiro (Fonte: Polis Litoral Sudoeste)



Sinalização – Ao longo do território do PNSACV, no passado, foram colocados painéis de sinalização informativa no terreno, quer pelo ICNF, I.P., quer pela Polis Litoral Sudoeste, S.A., com o objetivo de informar sobre os valores naturais e paisagísticos presentes na área, sensibilizar e educar para a importância da conservação e respeito pelo património natural e também ordenar a utilização de percursos e trilhos pedestres, instruindo dos cuidados e normas que deverão orientar a visita do local, em condições de segurança e de respeito pelos valores em presença. No entanto, atualmente quase a totalidade destas estruturas encontram-se vandalizadas ou deterioradas pelas condições climáticas.

Parques de merendas – Os parques de merendas existentes no PNSACV (Figura 8) são espaços equipados com mesas, bancos, em alguns casos, painéis informativos sobre os valores paisagísticos, contemplam zonas de sombra. Servem como pontos de descanso ideais para quem explora os trilhos pedestres ou simplesmente deseja fazer uma refeição ao ar livre, desfrutando do património natural existente.

Figura 8 - Parques de merendas do PNSACV (Fonte: Municípios)

CONCELHO	PARQUES DE MERENDAS NO PNSACV
SINES	São Torpes (EN120)
ODEMIRA	Praia das Furnas
	Almograve
	Odemira (Zona ribeirinha)
	Zambujeira Mar (Estrada M502)
ALJEZUR	Forno da Telha
	Cabeços da Borda
	Mondadeira
	Praia de Monte Clérigo
	Maria Vinagre
	Santa Susana
	Pontal da Carrapateira
VILA DO BISPO	Pinhal da Samouqueira
	Castelejo
	Boca do Rio
	Capela de Santo António – Budens
	Monte dos Amantes
	Fonte de Budens
	Fonte de Raposeira

Miradouros e passadiços – No PNSACV, estes espaços ao ar livre e abertos ao público, são estruturas que promovem os acessos e oferecem vistas panorâmicas (Figuras 5, 7 e 8). A maior parte foram projetadas para permitir a visita responsável, reduzindo impactos negativos sobre os ecossistemas sensíveis e garantir a segurança dos visitantes. Entre 2009 e 2019, a Polis Litoral Sudoeste, S.A., executou um conjunto de intervenções ao longo do território do PNSACV com vista à proteção de sistemas dunares e arribas: balizamento e ordenamento de acessos e de estacionamento, diversos acessos às praias (Figuras 7, 9 e 10) e colocação de passadiços sobrelevados e miradouros para proteção das arribas e minimização de riscos. Atualmente, grande parte das estruturas denota, em pequena ou grande escala, necessidades de intervenções de manutenção e reabilitação.

Figura 9 - Passadiços e miradouros do PNSACV (Fonte: Municípios)

CONCELHO	PASSADIÇOS E MIRADOUROS NO PNSACV
SINES	Entre S. Torpes e Morgavel
	Porto Covo Sul
ODEMIRA	Entre a Zambujeira do Mar e a Entrada da Barca
	Entre os Alteirinhos e Carvalhal
	Zona Ribeirinha de Odemira
	Praia do Malhão
	Vila Nova de Milfontes
ALJEZUR	Samouqueira
	Barradinha
	Vale dos Homens
	Carreagem
	Fortaleza da Arrifana
	Castelo de Aljezur
	Moinho de Odeceixe
	Praia da Pipa
	Praia de Odeceixe
	Pontal da Carrapateira
VILA DO BISPO	Entre a Praia da Amoreira e a Praia de Monte Clérigo
	Ponta da Atalaia
	Forte de Almádena
	Castelejo - Cordoama
	Ecovia do litoral
	Torre d'Aspa

No que respeita ao património edificado no PNSACV, destacam-se alguns sítios de Interesse:

Museu Municipal de Aljezur (Aljezur) - Situado no antigo edifício dos Paços do Concelho, apresenta-se dividido em três núcleos: arqueológico, etnográfico e islâmico. O arqueológico apresenta um vasto conjunto de objetos que testemunham mais de dez mil anos de presença humano na região. No etnográfico, destaca-se a recriação de ambientes tradicionais rurais assim como os utensílios associados às atividades do quotidiano. E o islâmico, integra espólio do período islâmico provenientes de intervenções arqueológicas no concelho de Aljezur.

Museu do Mar e da Terra (Aljezur) – Situado na aldeia da Carrapateira, onde é possível visitar uma exposição de caráter etnográfico onde são abordados os costumes tradicionais ligados à pesca e à agricultura realizados na região. Dispõe de diversas fontes documentais e audiovisuais assim como de objetos e utensílios relacionados com as atividades.

Museu Antoniano (Aljezur) – Alberga uma coleção de arte sacra maioritariamente contemporânea, assim como um conjunto de peças seiscentistas e setecentistas de alguma relevância.

Museu de Arte Sacra Monsenhor Manuel Francisco Pardal (Aljezur) - Dedicado ao Monsenhor Manuel Francisco Pardal, conhecido pela sua carreira eclesiástica enquanto padre, professor e escritor. A coleção de Arte Sacra é constituída por peças da Misericórdia de Aljezur, da Paróquia de Nossa Senhora de Alva e algumas ofertas e aquisições.

Figura 10 - Passadiço e escadaria de acesso à praia Carreagem (Fonte: PLSW)



Casa-Museu Pintor José Cercas (Aljezur) - Inaugurada em 1995 para perpetuar a memória do pintor José Cercas, natural de Aljezur. No seu espólio encontram-se diversas peças antigas compostas por peças de loiça, arte sacra, esculturas e mobiliário e ainda vários quadros e desenhos da sua autoria e de artistas internacionais.

Museu Adega de Odeceixe (Aljezur) - Inaugurado em 1992 com o objetivo de preservar a memória da arte de saber fazer o vinho, prática ancestral vital no concelho de Aljezur. Um espaço que junta a tradição do seu espólio à contemporaneidade, através de projeções, interações e experiências multissensoriais que permitem ao visitante, uma melhor interpretação com esta arte tradicional.

Moinho de Odeceixe (Aljezur) - Representa todo um processo artesanal de moagem de cereais, com elevada relevância tradicional e patrimonial da região.

Castelo de Aljezur (Aljezur) - Edificado em alvenaria de pedra sobre as ruínas de um pequeno povoado, remonta arqueologicamente à Idade do Bronze e integrava o sistema defensivo que protegia o território de Silves durante a ocupação islâmica da região. Foi declarado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 129/77, de 29 de setembro.

Farol do Cabo Sardão (Odemira) - Edificado no início do séc. XX, com 17 metros de altura, este farol deve ser, curiosamente, o único edifício português que, por engano, o construtor inverteu 180º. A finisterra da costa alentejana é o Cabo Sardão. (Figura 11).

Figura 11 – Cabo Sardão (Fonte: PLSW)



Forte de S. Clemente de Vila Nova de Milfontes (Odemira) - Vulgarmente denominado “Castelo” pela população local, é uma construção terminada no início do séc. XVII (1602), edificada no contexto da luta contra a pirataria marítima. Este forte foi o ponto mais importante do sistema de defesa então existente e que servia não só para a defesa da Vila de Milfontes, como também para defender o comércio marítimo que se fazia a partir de Odemira, utilizando a saída pela barra de Milfontes.

Forte da Ilha do Pessegueiro (Sines) - A Ilha do Pessegueiro, um afloramento rochoso de arenito situado junto à costa alentejana, apresenta vestígios de ocupação humana que remontam à época romana. No final do século XVI, durante o período da dinastia filipina, foram construídos o forte na costa e o fortim na ilha, como parte de um ambicioso projeto — nunca concretizado — para a instalação de um porto oceânico (Figura 12).

Forte de Beliche (Vila do Bispo) - O Forte de Beliche foi, durante séculos, atalaia defensiva contra piratas e corsários e apoio de rendosa armação de pesca.

Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo) - A muralha abaluartada de Sagres, por sua vez, é o culminar de sucessivas reconstruções e alterações que se estendem desde a época henriquina até ao séc. XVIII. Lugar de forte carga mítica, ao imponente cenário juntam-se os elementos, com a sua carga de mistério, da obra humana.

Figura 12 - Forte da Ilha do Pessegueiro (Fonte: PLSW)



Cento de Interpretação da Lota de Sagres (Vila do Bispo) - Tem recebido diversos eventos, exposições, encontros científicos e iniciativas de âmbito sociocultural, educativo, formativo e artístico, em torno de ações relativas à atividade da pesca e dos seus profissionais, bem como sobre temas ambientais dedicadas ao mar, à biodiversidade da costa de Sagres, à sustentabilidade dos contextos marinhos locais e dos oceanos no geral.

Farol do Cabo de São Vicente - Possui uma torre cilíndrica com 28 m de altura e um polo museológico com salas temáticas: culto vicentino; os Descobrimentos e Expansão Portuguesa; faróis e a sua evolução. Dispõe de um aparelho ótico, com um alcance de 32 milhas para uma visibilidade meteorológica de 10 milhas, que flutua em 313 kg de mercúrio, sendo o maior que existe em faróis portugueses e um dos 10 maiores do mundo.

Museu de Vila do Bispo – Celeiro da História (Vila do Bispo) - Inclui uma narrativa expositiva/interpretativa acerca da herança coletiva do Concelho de Vila do Bispo e da própria região barlaventina do Algarve, desde a sua fundação geológica, aos paleontológicos icnofósseis de incríveis dinossauros, aos mais remotos vestígios culturais de presença humana identificados pela Arqueologia, passando pela História e pelos seus acontecimentos e personagens, pela Arqueologia Subaquática dos naufrágios e das batalhas navais, pela riqueza e singularidade da biodiversidade local e pela memória etnográfica das “Gentes do Cabo” e da sua mística finisterra de mar feita (Figura 13).

Figura 13 - Museu de Vila do Bispo (Fonte: CM Vila do Bispo)



Integrado na rede polinucleada deste museu, está o **Centro de Interpretação de Vila do Bispo** dedicado, sobretudo, à organização, acolhimento e apresentação de exposições temporárias relativas a temas diversos de interesse local. Pretende proporcionar aos seus visitantes uma amplitude de informações relativas ao território e aos seus valores patrimoniais e pontos de interesse turístico, uma loja com produtos locais e artigos de interesse cultural, bem como um vasto programa de exposições temporárias.

Forte de Almádena (Vila do Bispo) – Edificado em 1632, no reinado de Filipe III de Portugal (IV de Espanha), para proteção da armação de pesca de atum existente na adjacente praia da Boca do Rio. Trata-se de uma das mais interessantes arquiteturas militares da região do Algarve, a única que patenteia fosso de proteção e ponte levadiça na porta-de-armas.

Forte da Baleeira (Vila do Bispo) – Também conhecido por Forte de Nossa Senhora da Guia, foi construído no século XVI, com o objetivo de garantir proteção à navegação, ao porto e à armação de pesca de atum existentes na enseada da Baleeira. Apresenta uma arquitetura militar triangular, cujo lado maior se estendia ao longo da falésia sobre a baía.

Forte da Figueira (Vila do Bispo) – Ruínas do Forte de Vera Cruz da Figueira (Budens), não se sabe ao certo a data de construção deste antigo dispositivo militar, tendo ocorrido seguramente depois de 1640, possivelmente durante o reinado de D. João IV. A fortificação manteve uma vida militar até ao final da Guerra Civil, em 1834.

Bateria do Zavial (Vila do Bispo) – As ruínas na arriba, sobre o mar, reportam-se a duas antigas estruturas militares, o Forte de Santo Inácio do Zavial e a Bateria do Zavial. O Forte do Zavial terá sido construído entre 1630 e 1633. A sua missão era proteger os pescadores que operavam nas armações de atum existentes na zona, designadamente na Praia da Ingrina. Este dispositivo defensivo foi destruído por ação do grande terramoto de 1 de novembro de 1755, dando lugar, ainda no século XVIII, a uma Bateria servida por um pequeno aquartelamento.

Menires do concelho de Vila do Bispo (Vila do Bispo) – Atualmente existem cerca de 250 menires conhecidos na atual região de Vila do Bispo, a maior concentração de monumentos megalíticos da Península Ibérica. Considerando a antiguidade dos dados disponíveis, os menires de Vila do Bispo podem representar um pioneiro fenómeno megalítico de monumentalização de paisagens neolíticas.

Boca do Rio - Vestígios Romanos (Vila do Bispo) – A investigação arqueológica na área da atual praia da Boca do Rio tem vindo a revelar uma contínua exploração de recursos marinhos desde o Período Mesolítico até partitamente aos nossos dias. Entre o século I e o século V d.C., gentes do Mundo Romano desenvolveram neste local um importante estabelecimento industrial especializado na produção de conservas e de outros preparados piscícolas. Esta indústria foi necessariamente alimentada pela atividade pesqueira nestas águas. Subsidiariamente, seria produzido sal no estuário. Mais tarde, já no século XVI, a praia serviu de base a uma almadrava de atum.

4. AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES LOCAIS



A implementação do Modelo de Cogestão no PNSACV baseia-se no princípio da gestão colaborativa e de proximidade, com o objetivo de fortalecer a relação com os cidadãos e as entidades presentes no território.

Neste contexto, o envolvimento dos atores chave e da população em geral assume um papel fundamental, sendo este um dos compromissos assumidos pela Comissão de Cogestão para definir a estratégia de desenvolvimento sustentável do PNSACV.

Nos subpontos seguintes, apresenta-se de forma resumida a metodologia adotada para auscultar e envolver os atores chave na construção do Plano de Cogestão do PNSACV, bem como os principais resultados desse processo participativo.

Estas ações envolveram a elaboração, a organização e a realização de diferentes ações, tais como: aplicação de questionário de opinião online à comunidade local e visitantes, organização de sessões participativas, reuniões, presença de stand dedicado em feiras e eventos e promoção de um processo de consulta pública.

Os resultados destas diferentes ações serviram de grande importância para elaborar os capítulos Diagnóstico Participativo e Programa de Medidas e Ações Prioritárias do presente Plano de Cogestão, permitindo à Comissão de Cogestão ter em conta um leque variado e abrangente de diagnósticos e propostas.

4.1 ATORES CHAVE

Foram identificados os atores chave mais relevantes no território do PNSACV, considerando as principais atividades desenvolvidas, os usos do território e dos seus recursos, bem como o respetivo potencial. O objetivo foi assegurar uma representação abrangente de todos os setores e promover uma participação ampla e equilibrada.

Este levantamento foi conduzido com o apoio da Comissão de Cogestão e da respetiva Estrutura de Apoio, assegurando um mapeamento abrangente, que foi organizado nas seguintes áreas de atuação:

- Dimensão Social: comunidades locais dos concelhos do PNSACV e visitantes. Entidades da administração central/regional e local: Municípios, Assembleias Municipais, Associação de Freguesias, Juntas de Freguesia, GNR, Polícia Marítima, Agrupamentos de escolas, Universidade Sénior, GESTO, Associações culturais sem fins lucrativos;
- Dimensão Económica: CCDRs do Alentejo e do Algarve, ERT Alentejo e Algarve. Associações de artesãos e de artistas locais, de pescadores, de caçadores, de surf e bodyboard, de nadadores-salvadores, entre outras. Empresários das freguesias abrangidas pelo PNSACV nas áreas da agricultura, turismo, pesca e agentes culturais. Associações de produtores e de empresários: AHSA, Rota Vicentina, Via Algarviana, Produtores de Batata-doce de Aljezur, Beneficiários do Mira;
- Dimensão Ambiental: DGRM, APA/ARHs do Alentejo e do Algarve. Institutos de investigação: CEBAL, Universidades – CIMA, MED, MARE, CCMAR, CIEMAR. Associações e movimentos de defesa da natureza, Rewilding Sudoeste, LPN, Mossy Earth, Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Juntos pelo Sudoeste.

4.2 AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO

Após a identificação e listagem dos atores chave foi realizado um conjunto de ações de auscultação pública com o objetivo de compreender a perspetiva dos atores locais e da população em geral sobre o PNSACV. Estas iniciativas visaram recolher contributos fundamentais para a elaboração do Plano de Cogestão.

4.2.1 Inquérito online

Com o intuito de recolher o maior número de opiniões possíveis sobre o PNSACV foram elaborados questionários de opinião, em português e inglês (Figura 14), que ficaram disponíveis de 1 de julho a 31 de outubro de 2024 no espaço dedicado para a Cogestão na página da entidade que preside a Comissão, o Município de Odemira.

Como forma de divulgação, o questionário foi remetido por e-mail a várias entidades locais: entidades membros da Comissão de Cogestão, do Conselho Estratégico do PNSACV, Juntas de Freguesia, agrupamentos escolares, associações, entre outras. Para além disso, no stand da Cogestão do PNSACV, nas várias feiras e eventos em que esteve presente ao longo do ano de 2024, foi divulgada a imagem do questionário e o respetivo QRCODE de acesso para incentivar a participação pública.

Figura 14 - Questionário digital da Cogestão do PNSACV (Fonte: CM Odemira)

QUESTIONÁRIO



Comissão de Cogestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

O presente questionário pretende recolher dados sobre a caracterização do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) e identificação de compromissos e potencialidades com vista ao seu desenvolvimento sustentável, no âmbito do Modelo de Cogestão, incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

O preenchimento do presente questionário demora, no máximo, 5 minutos e é totalmente anónimo, não sendo recolhidos quaisquer elementos identificadores do utilizador.

Agradecemos desde já a sua colaboração!

1. Qual a sua situação em relação à área geográfica do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV)?

☐ Residente (Sines/Odemira/Ajezur/Vila do Bispo)

☐ Visitante

2. Como avalia os seus conhecimentos relativamente aos valores e recursos naturais do PNSACV?

A informação com o formulário completo do questionário e os resultados com todas as respostas encontram-se disponíveis em <https://www.cm-odemira.pt/viver/concelho/parque-natural-do-sudoeste-alentejano-e-costa-vicentina>. De salientar que as respostas às questões abertas foram apresentadas à Comissão de Cogestão exatamente da forma como foram escritas

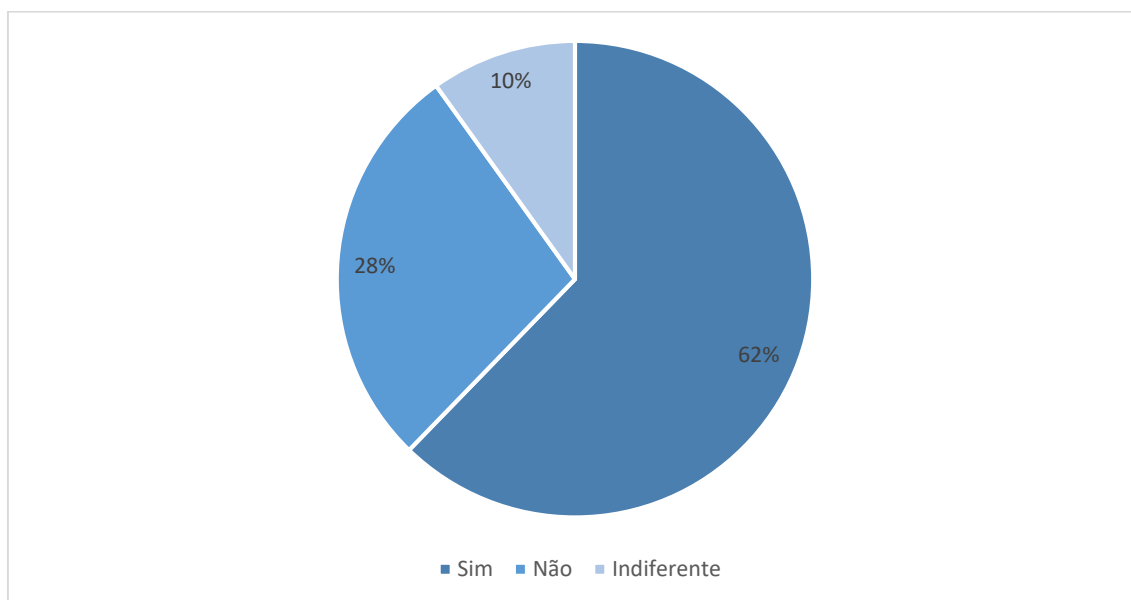
pelos inquiridos para não adulterar a informação recolhida, tendo sido apenas expurgados os dados pessoais, conforme determina o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

De seguida, apresentam-se resumidamente os resultados mais relevantes do inquérito.

Num total de 848 questionários respondidos, verifica-se que a maior parte dos inquiridos são residentes na área do PNSACV (71%), maioritariamente são do sexo masculino (55%), com idades compreendidas entre 14 e 80 anos, tendo a maioria formação do ensino superior (74%) e atualmente em situação profissional de emprego.

A maioria (34%) considera ter bons conhecimentos relativamente aos limites e valores do PNSACV, enquanto 13% acha que esses conhecimentos são muito bons, 29% diz serem apenas suficientes e 24% insuficientes. Quanto aos seus conhecimentos sobre os limites geográficos do PNSACV, a maioria (33%) considera ter bons conhecimentos, enquanto 20% acha que esses conhecimentos são muito bons, 25% diz serem apenas suficientes e 23% insuficientes.

Figura 15 - Questão n.º 4 “Considera que a existência do PNSACV beneficia o modo de viver e/ou visitar este território?”



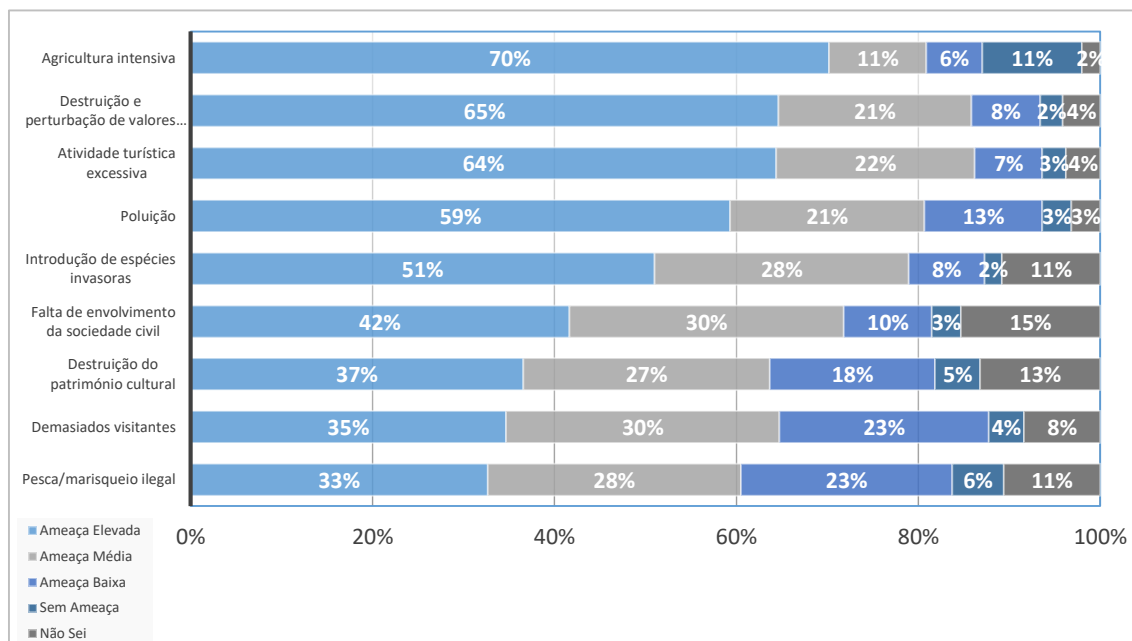
A maioria (62%) considera que a existência do PNSACV beneficia o modo de viver e/ou visitar o território (Figura 15), no entanto considera haver falta de conservação e ordenamento. Por outro lado, 28% considera que a existência do PNSACV não beneficia o modo de viver e/ou visitar o território e 10% considera que isso é indiferente.

A maior parte dos inquiridos não tem atividade profissional diretamente ligada ao PNSACV, mas os que têm esse tipo de atividade consideram que a existência do PNSACV beneficia a sua atividade por causa da conservação da natureza e biodiversidade, no entanto consideram que existe inoperância e má gestão.

No que se refere às questões colocadas sobre vários itens relativamente ao conhecimento que os inquiridos têm acerca do PNSACV, verifica-se que a maioria dos inquiridos considera “insuficiente”, por ordem decrescente: a fiscalização (59%), a divulgação das ações de conservação da natureza (55%), a divulgação da legislação e regulamentação aplicável (53%), conservação dos valores naturais presentes (51%), a realização de ações de educação e

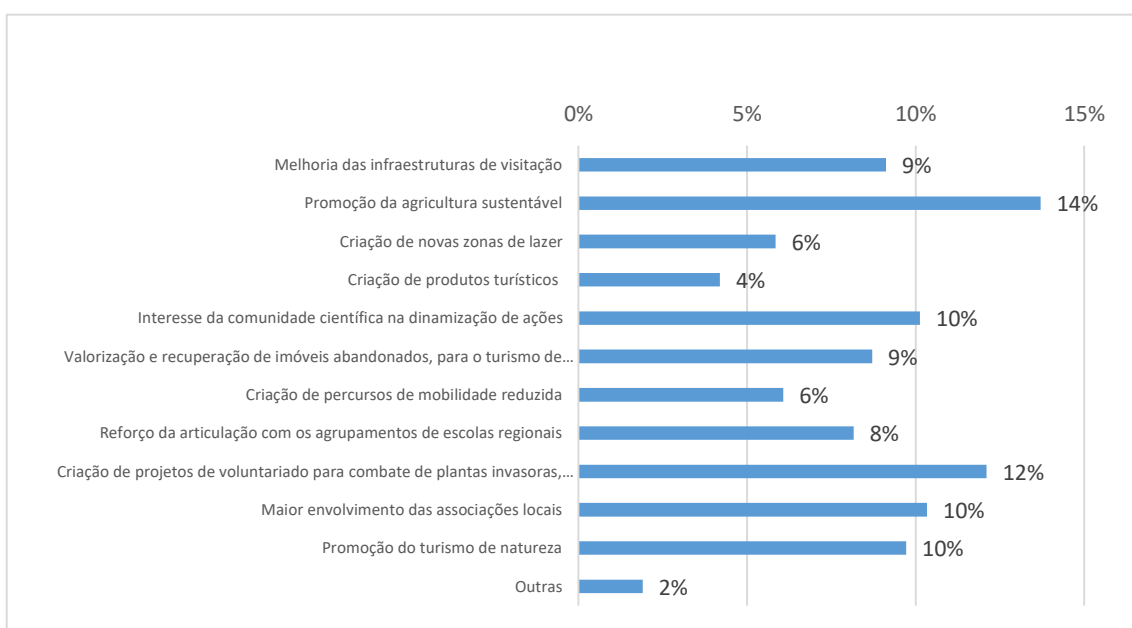
sensibilização ambiental (51%), a sinalização informativa física (48%), infraestruturas de visitação (43%), a produção de conhecimento científico (43%), a promoção do património cultural (41%) e a disponibilização de informação online (33%).

Figura 16 - Questão n.º 7 “Que ameaças identifica no PNSACV?”



No que se refere às principais ameaças identificadas no PNSACV, a Figura 16 mostra os dados agregados, numa escala entre “sem ameaça” e “ameaça elevada”, incluindo a opção “não sei”. A maior parte dos inquiridos considera como “ameaças elevadas”: a agricultura intensiva; destruição e perturbação de valores naturais; a atividade turística excessiva; a poluição; a introdução de espécies invasoras; a falta de envolvimento da sociedade civil; a destruição do património cultural; demasiados visitantes; pesca/marisqueio ilegal.

Figura 17 - Questão n.º 8 “Que oportunidades identifica no PNSACV?”



Relativamente às principais oportunidades do PNSACV identificadas pelos inquiridos, na Figura 17, mostra que a maioria considera as seguintes, por ordem decrescente de percentagem de votação: promoção da agricultura sustentável (14%); criação de projetos de voluntariado para combate de plantas invasoras, recolha de lixo, entre outros temas (12%); maior envolvimento das associações locais (10%); interesse da comunidade científica na dinamização de ações (10%); promoção do turismo de natureza (10%).

Por último, quando inquiridos sobre as principais medidas de melhoria para o PNSACV, a maioria indicou as seguintes respostas, por ordem decrescente de percentagem de votação: promoção de atividades económicas compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença (12%); Informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruto do território (11%); Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais (10%).

A estratégia inicial de auscultação e envolvimento dos atores chave, para além da aplicação de questionário incluiu também a realização de outras ações.

4.2.2 Participação em feiras e eventos

Com o intuito de promover a proximidade junto da população residente e visitante, apresentando uma atitude de abertura e transparência relativamente ao trabalho a desenvolver e de forma a recolher opiniões e contributos para elaboração do Plano de Cogestão, foi criado um stand com material de divulgação com *roll-up*, telas, mapas e folhetos (Figura 18).

Figura 18 - Stand da Cogestão do PNSACV (Fonte: EP)



A estrutura de apoio organizou e assegurou, em colaboração com alguns técnicos e vigilantes da natureza do ICNF, a participação do stand da Cogestão do PNSACV em vários eventos:

- Festival do Percebe – Município de Vila do Bispo: 7 a 9 junho 2024;
- FEI-TUR Feira de Turismo do SW – Município de Odemira: 13 a 16 junho 2024;
- FACECO 2024 – Município de Odemira: 19 a 21 julho 2024;
- Festival de Observação de Aves – Município de Vila do Bispo: 4 a 6 outubro 2024;
- Feira de Turismo de Natureza Observa Lagunas – Vila Nova de Santo André: 12 e 13 de outubro 2024;
- Festival do Amendoim – Município de Aljezur: 26 e 27 outubro 2024;
- Festival da Batata-doce – Município de Aljezur: 29 e 30 novembro 2024.

A presença nestes eventos permitiu não só a divulgação da Cogestão do PNSACV, mas também a recolha de informação, através das opiniões e contributos das pessoas que recorreram ao stand, que se traduziu numa mais-valia para a elaboração do diagnóstico participativo deste plano.

4.2.3 Sessões participativas

De forma geral, nas sessões participativas pretendeu-se dar a conhecer o Modelo de Cogestão e recolher contributos para a elaboração do Plano de Cogestão, promovendo uma gestão de proximidade junto das populações e efetivando a intenção de que se pretende “construir” este plano de forma participada por todos.

As sessões decorreram nos quatro Municípios abrangidos pelo PNSACV, com a calendarização e formato presencial apresentados na Figura 19.

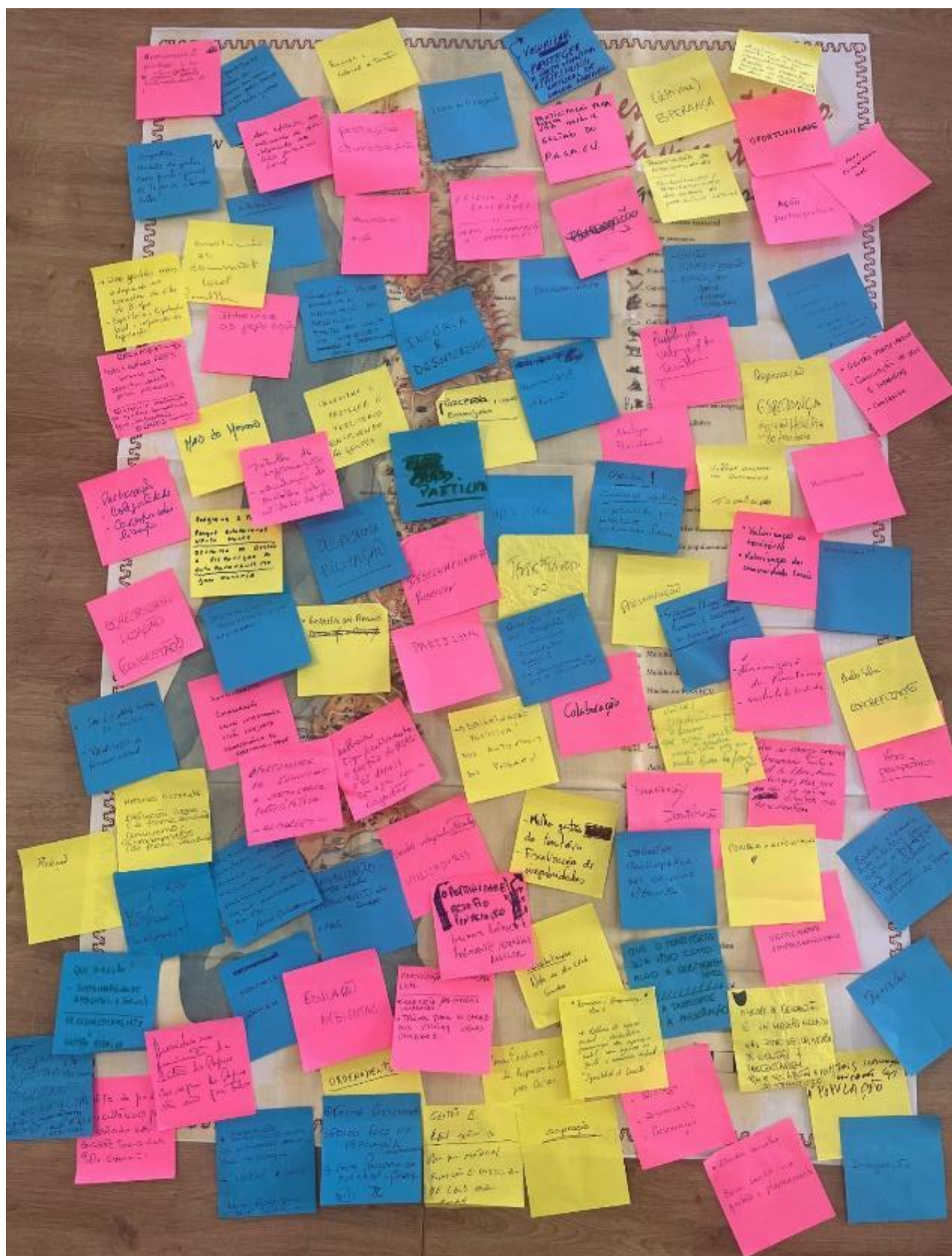
Figura 19 - Calendarização das sessões participativas

MUNICÍPIO	DATA/HORA	LOCAL
Aljezur	26 setembro / 10.30h	Espaço + de Aljezur
Odemira	17 setembro / 10.30h	Sede do PNSACV em Odemira
Sines	17 setembro / 15.30h	Junta Freguesia de Porto Covo
Vila do Bispo	26 setembro / 16.30h	Museu de Vila do Bispo – Celeiro da História

Os principais objetivos destas sessões foram: a comunicação do Modelo de Cogestão aos atores locais; a reflexão sobre as prioridades/necessidades do território e de potenciais áreas de atuação conjunta; a identificação de propostas de projetos/ações consideradas prioritárias pelos atores locais para valorização do PNSACV.

Os resultados destas sessões foram essenciais para a construção do Plano de Cogestão desta área protegida. A Figura 20 ilustra o conjunto de palavras e ideias recolhidas no início das sessões sobre as expectativas dos participantes relativamente ao Modelo de Cogestão no PNSACV.

Figura 20 - Palavras e ideias dos participantes no início das sessões (Fonte: EP)



A metodologia escolhida para as sessões foi baseada na dinâmica *World Café*, um formato de interação em grupo que pretende estimular a criatividade, explorar temas relevantes e criar espaço para que a inteligência coletiva possa emergir. O termo Café aparece justamente para convidar as pessoas a conversarem de uma forma informal, descontraída, como se estivessem numa mesa de um café. Uma das premissas básicas desta metodologia é que todos têm conhecimento para partilhar, que cada um traz consigo seu leque de histórias, perspectivas, ideias e sabedoria.

Os participantes formaram grupos e foram criadas três abordagens temáticas sobre o PNSACV: Mesa 1: Constrangimentos e Potencialidades; Mesa 2: Promoção e Comunicação; Mesa 3: Sensibilização e Envolvimento das Populações.

Pretendeu-se que os dinamizadores rodassem com estes temas pelas várias mesas para poderem refletir juntamente com os participantes sobre estas questões e poderem dar os seus contributos. Os membros da Comissão de Cogestão e da Estrutura de Apoio foram fundamentais na realização e dinamização destas sessões, sendo que tiveram as funções de moderação das mesas temáticas (Figuras 21, 23 e 25).

Não foram exigidas inscrições de participação obrigatórias para o público em geral, mas nos convites às entidades foi pedida a confirmação de presença, para poder ser acautelado o número de participantes nas sessões.

Figura 21 - Sessão participativa em Vila de Bispo (Fonte: EP)



A divulgação e logística das sessões participativas ficou a cargo dos técnicos da Equipa da Estrutura de Apoio pertencentes aos Municípios. Para além da divulgação ao público em geral, nas redes sociais, cada Município enviou e-mails de convite para as entidades do respetivo concelho, cuja participação seria relevante/pertinente nestes eventos.

No total, as sessões tiveram quase 200 pessoas a participar nas dinâmicas de grupo, com um elevado nível de interação e contributos para este trabalho. Foi recolhida uma grande quantidade de informação, que posteriormente foi analisada e compilada por itens, que de forma resumida se apresenta em <https://www.cm-odemira.pt/viver/concelho/parque-natural-do-sudoeste-alentejano-e-costa-vicentina>.

Considerando a importância de manter o contacto, no sentido de dar informação sobre o ponto de situação do desenvolvimento do trabalho, no dia 23 de dezembro de 2024, foi enviado aos participantes, que forneceram o contacto de endereço eletrónico, um resumo dos resultados dos questionários, bem como uma súmula sobre os principais temas abordados nas sessões participativas.

4.2.4 Outras sessões e reuniões

Nos dias 06 e 13 de junho de 2024 realizaram-se duas sessões com os alunos da Escola Secundária de Odemira com o objetivo de auscultar os jovens sobre o PNSACV (Figura 22).

Figura 22 - Sessão com os alunos do ensino secundário (Fonte: EP)



Foi criada uma dinâmica de trabalho por grupos para discussão entre os alunos sobre os constrangimentos e oportunidades do PNSACV, bem como de propostas de ações que poderiam ser desenvolvidas para colmatar necessidades de promoção dos recursos naturais, sensibilização da população e dos visitantes e melhoria da comunicação com vista ao desenvolvimento sustentável desta área protegida.

Para além das sessões anteriormente referidas, e de forma a abranger o maior número de atores chave possível, foi também realizada uma reunião com os alunos da Universidade Sénior de Odemira, no dia 29 de maio de 2024, com vista à auscultação, recolha de informação e envolvimento neste processo. Tratando-se de pessoas com mais de 60 anos de vivência no território, profundamente conhecedoras da sua evolução e das dinâmicas do PNSACV, a sua sábia experiência de vida, perceções e visão revelaram-se uma mais-valia, constituindo um contributo para a elaboração, quer da análise SWOT, quer em termos de sugestões para ações/projetos a realizar.

Salienta-se que este é um segmento de população ativa, válida e com disponibilidade de tempo, que poderá constituir uma eventual parceria para a concretização de ações no âmbito da Cogestão no PNSACV.

Desde o início do ano de 2024, que a Comissão de Cogestão e a Estrutura de Apoio têm vindo a desenvolver um processo de envolvimento e auscultação dos atores locais, tentando aproximar este processo das pessoas/entidades do território, para que o Plano de Cogestão possa corresponder da melhor forma possível às expectativas de todos, respeitando, obviamente, as competências que estão inerentes ao Modelo de Cogestão.

Neste sentido, e em conformidade com o modelo preconizado, a Comissão deliberou avançar com a elaboração um Plano que traduza um compromisso partilhado entre as entidades envolvidas na sua execução. Para além das entidades que integram a própria Comissão, este compromisso deverá incluir o estabelecimento de parcerias e o envolvimento com outras entidades com presença e atuação no território.

Desta forma, foram realizadas reuniões presenciais, telefónicas e online, com os diferentes atores locais, e enviados vários e-mails no sentido de estabelecer parcerias. Foi ainda solicitado a todas as entidades e pessoas que estiveram nas sessões participativas que apresentassem propostas de projetos/ações e eventuais parceiras no âmbito deste trabalho. O Anexo III apresenta de forma resumida as várias interações com os atores locais neste contexto.

4.3 CONSULTA PÚBLICA

Após a conclusão do presente Plano de Cogestão do PNSACV foi realizada uma fase de consulta pública, conforme previsto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação. A divulgação desta consulta foi feita com uma antecedência mínima de cinco dias, através de edital municipal e nos websites das entidades representadas na Comissão de Cogestão, garantindo um período mínimo de 20 dias úteis para a recolha de contributos, que decorreu entre 27/05/2025 e 26/06/2025.

Durante este período, a Comissão de Cogestão do PNSACV assegurou a criação de canais de contacto direto adequados ao envolvimento do público, privilegiando meios eletrónicos, de

forma a facilitar o acesso e a participação. A consulta pública foi amplamente divulgada nos meios digitais das entidades envolvidas, garantindo transparência e acesso contínuo à informação.

Após a recolha de todos os contributos, a Comissão de Cogestão procedeu à sua análise e à elaboração de um relatório, no qual foi apresentado o resultado da consulta pública e a forma como os contributos foram integrados na versão final do Plano de Cogestão (disponível em <https://www.cm-odemira.pt/viver/concelho/parque-natural-do-sudoeste-alentejano-e-costa-vicentina>), consolidando assim a participação de todos na gestão sustentável do território.

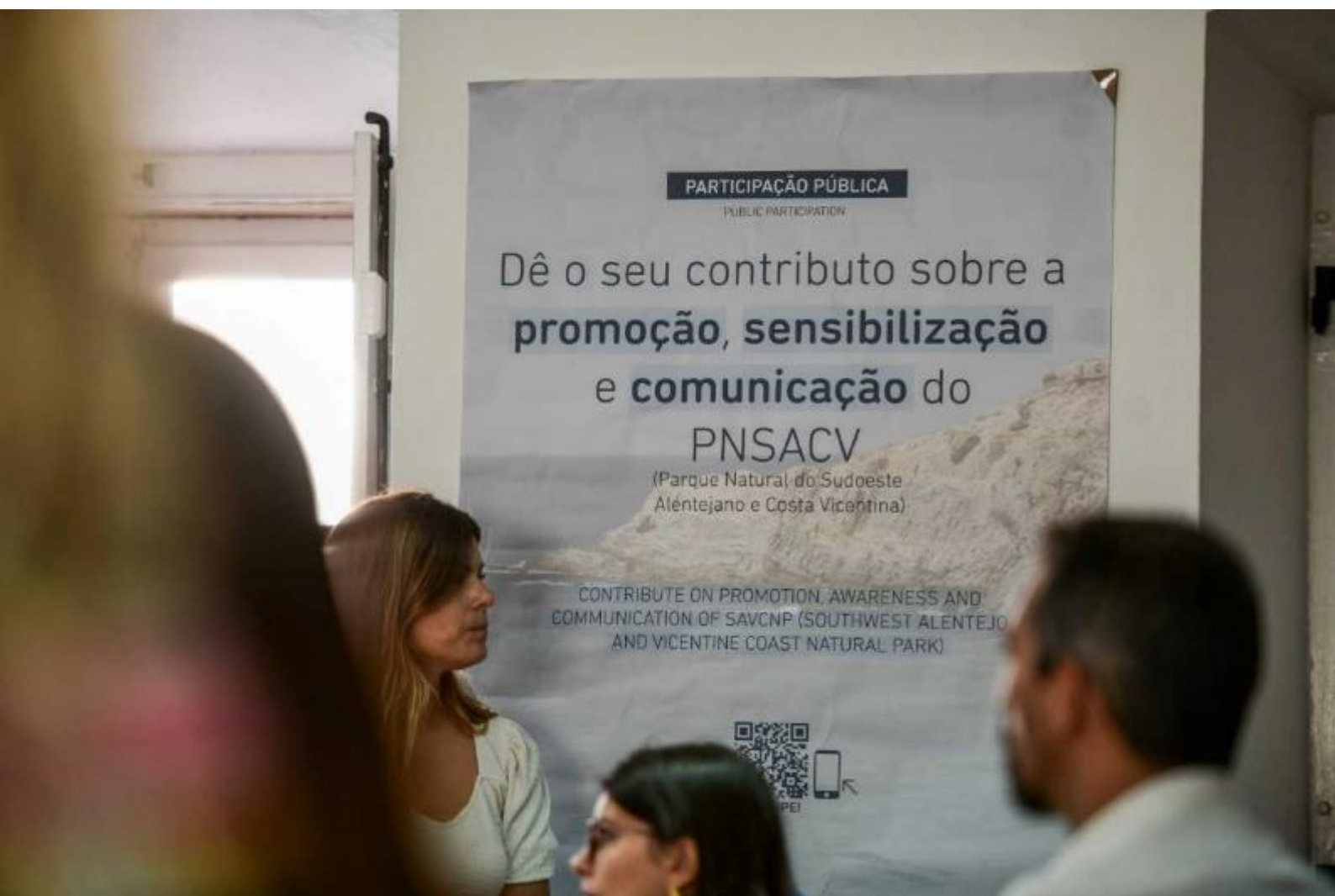
Por fim, a versão final do Plano de Cogestão do PNSACV foi submetida à apreciação do Conselho Estratégico do PNSACV, na reunião realizada no dia 16.09.2025, merecendo parecer favorável, por unanimidade.

As ações de auscultação e envolvimento dos atores locais realizadas, permitiram recolher informações e ideias valiosas para uma avaliação conjunta do estado do território, fornecendo uma base sólida para a definição de medidas e ações concretas. As sugestões dos participantes e as especificidades e necessidades identificadas, em todo este processo, constituíram a base de elaboração do capítulo seguinte, de diagnóstico participativo, de forma estratégica e ajustada à realidade existente no PNSACV.

Figura 23 - Sessão participativa em Odemira (Fonte: EP)



5. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



5.1 ANÁLISE SWOT

Com base na informação obtida nas várias reuniões com atores chave, nos resultados dos questionários, nas sessões participativas e outras sessões de auscultação realizadas, e em informação recolhida junto do público em geral nas feiras e eventos e nas saídas de campo realizadas foi elaborada a Matriz SWOT, que indica os pontos fortes ou forças (S), pontos fracos ou fraquezas (W), oportunidades (O) e ameaças (T) associadas ao PNSACV.

Figura 24 - Análise SWOT do PNSACV realizada com base no processo participativo

PONTOS FORTES OU FORÇAS (S)	PONTOS FRACOS OU FRAQUEZAS (W)
• Modelo de Cogestão das áreas protegidas a nível nacional; • Programa especial da área protegida em elaboração; • Aproximação entre a população/comunidade e o PNSACV, grande participação nas sessões participativas e no questionário digital da cogestão; • Promoção da cooperação entre entidades (membros comissão cogestão e entidades parceiras); • Existência de grande conhecimento técnico-científico sobre diversas áreas da conservação da natureza e ordenamento do território entidades (membros da Comissão Cogestão); • Diversidade territorial/laboratório ao ar livre; • Maior área marinha protegida a nível nacional; • Elevado património natural (biodiversidade e geodiversidade); • Área com vários Estatutos de Proteção de Importância Internacional; • Existência de infraestruturas no território com potencial para serem reabilitadas e adaptadas ao apoio à visitação e interpretação; • Existência de portinhos de pesca, comunidades piscatórias e produtos endógenos; • Existência de dinâmica cultural e artística no território (vários eventos); • Existência de praias balneares galardoadas com bandeira azul; • Existência de entidades com projetos de conservação em curso no território do PNSACV e áreas limítrofes; • Municípios abrangidos pelos PNSACV com programas de educação ambiental já implementados no território; • Existência de vários estudos e de trabalho já compilado sobre a geodiversidade do PNSACV; • Existência de vários estudos ao nível da área marinha (ex: Projeto MARSW).	• Necessidade de ações de sensibilização e educação ambiental; • Inexistência de portas de entrada e de infraestruturas de apoio à visitação; • Falta de conhecimento generalizado por parte da população sobre o regulamento do PNSACV; • Falta de ordenamento e informação sobre campismo; • Falta de infraestruturas de comunicação/informação sinalética sobre os valores naturais e a utilização/normas do PNSACV; • Falta de ordenamento e balizamento de acessos/trilhos; • Falta de manutenção e reabilitação das infraestruturas de apoio à visitação existentes (passadiços, miradouros, sinalética); • Falta de planeamento e execução no combate às espécies exóticas invasoras; • Falta de investimento em ações de conservação e restauro ecológico; • Ausência do sentimento de pertença ao PNSACV, bem como da compensação/retorno por viver num Parque Natural; • Gestão insuficiente pela falta de recursos humanos especializados; • Inexistência de um espaço adequado à receção/acolhimento aos visitantes na sede do PNSACV; • Falta de estudos sobre a capacidade de carga do PNSACV; • Fraca divulgação dos estudos efetuados no PNSACV; • Falta de comunicação com a comunidade sobre a importância de conservação dos valores naturais do PNSACV; • Pouco material informativo físico e digital; • Inexistência de momentos de participação pública e de partilha de informação sobre temas relacionadas com o PNSACV.

OPORTUNIDADES (O)	AMEAÇAS (T)
• Aprovação do Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao restauro da natureza; • Interesse da comunidade científica em desenvolver projetos no PNSACV; • Disponibilidade da academia para ações de sensibilização e educação ambiental para a comunidade sobre o PNSACV; • Valorização e recuperação de imóveis abandonados, para centros de interpretação e investigação; • Rede de percursos pedestres e trilhos cicláveis consolidada no território (Rota Vicentina); • Existência de alguns eventos que juntam e atraem pessoas interessadas pelos valores naturais do PNSACV (ex: Festival de Observação de Aves, Festival Florestas Marinhas); • Existência de várias associações de desenvolvimento locais que poderão constituir parcerias; • Vincada cultura tradicional local com vários produtos endógenos associados (diversidade e especificidade de cada um dos concelhos); • Melhoria da comunicação com a comunidade local através do Modelo de Cogestão; • Condições propícias para o desenvolvimento de atividades: observação de aves, prática de desporto de natureza, etc.; • Existência de fundos de programas de financiamento nacionais e europeus disponíveis para o território.	• Tendência para a intensificação agrícola, principalmente dentro do Perímetro de Rega do Mira (concelhos de Odemira e Aljezur); • Existência de campismo e caravanismo não autorizado com vários problemas associados; • Falta de envolvimento das empresas que operam no PNSACV em terem um papel ativo em ações de conservação e preservação dos valores naturais; • Visitantes e residentes depositam lixo na natureza; • Falta de civismo; • Existência de muitos visitantes e migrantes no território que desconhecem a importância dos valores naturais e do código de conduta do PNSACV; • Desconhecimento dos valores naturais por parte da população em geral e da respetiva regulamentação; • Existência de pesca e marisqueio ilegal; • Aumento da proliferação de espécies invasoras no território; • Alterações climáticas, maior frequência de fenómenos climáticos extremos (inundações, secas, ondas de calor); • Excesso de carga/população em determinados pontos e períodos específicos; • Quase a totalidade do território do PNSACV é propriedade privada.

5.2 FATORES CRÍTICOS DO TERRITÓRIO

Tendo em consideração a análise SWOT (Figura 24), importa destacar os principais fatores críticos do território:

- **Proliferação de espécies exóticas invasoras:** A proliferação de espécies exóticas invasoras ameaça os ecossistemas, habitats e espécies sendo uma das principais ameaças à biodiversidade, que afeta os valores naturais no território. Relativamente à flora, as sebes para proteção dos campos agrícolas do vento vindo do mar, constituídas por plantas exóticas invasoras, foram-se multiplicando pelas propriedades e, em vários casos, a acácia e a háquea têm progressivamente ocupado áreas naturais. Nas praias, o chorão também representa uma ameaça devido à sua expansão nas arribas e dunas. As principais espécies exóticas invasoras em dispersão no PNSACV que se salientam pela sua extensão são *Acacia longifolia*, *Acacia saligna*, *Acacia pycnantha* e *Carpobrotus edulis*, e pelo potencial invasor *Watsonia meriana*, *Salvinia molesta*, *Arundo donax* e *Cortaderia selloana*;

- **Campismo, caravanismo e autocaravanismo não autorizado:** Existência de caravanismo e campismo não autorizados no PNSACV constituem um fator de destruição de habitats, alguns deles protegidos, além de representarem uma ocupação ilegal, da qual resulta uma degradação dos locais utilizados por deposição descontrolada de resíduos, que se espalham pelos locais ocupados indevidamente;
- **Riscos de poluição:** A utilização de produtos químicos fitofarmacêuticos e fertilizantes nos terrenos agrícolas bem como na pecuária causa impactos diretos sobre as espécies. As diferentes fontes de poluição da água, quer a partir de águas residuais, quer a partir de outras fontes, bem como a poluição marinha, por hidrocarbonetos, devido ao trânsito de petroleiros, constituem uma ameaça aos vários tipos de habitats existentes no PNSACV. De destacar também os efeitos sobre os habitats costeiros, quer pela lavagem de tanques, quer pelo risco de acidentes e consequentes derrames. A deposição de resíduos sólidos verificada nalguns pontos do território tem impacto na degradação de habitats de algumas espécies. Aliado a tudo isto, a alteração do regime de precipitação interfere não só no balanço hídrico dos solos, mas também constitui um desafio difícil de contrariar para manter os valores naturais presentes no PNSACV;
- **Necessidades ao nível das estruturas de apoio à visitação e interpreta o:** Verifica-se a falta de informa o física e digital sobre os valores existentes, de sinaliza o, de portas de entrada do parque natural e de infraestruturas de apoio   interpreta o e adequada visita o dos valores naturais do território. Para  l m disso,   necessário equacionar a delimita o e ordenamento de acessos em determinadas zonas e apostar na reorganiza o e manuten o de trilhos e passadiços existentes. Devido ao grande interesse e procura turística na região, não são a nível balnear, mas também pela natureza e por desportos de ar livre, os habitats e espécies são pressionados e ameaçados por algumas atividades, principalmente devido ao pisoteio e/ou abertura e alargamento de trilhos por veículos motorizados;
- **Necessidade de reforço do sentimento de pertenc a e de liga o   identidade do território enquanto Parque Natural, por parte da comunidade:** Necessidade de envolvimento e aprofundamento do conhecimento por parte da popula o sobre os valores naturais, bem como da apropria o positiva do sentimento de liga o a uma identidade territorial constituída por esta área protegida, composta por uma simbiose de recursos naturais, atividades humanas e culturais e produtos endógenos;
- **Necessidade de harmoniza o das atividades económicas com os valores naturais existentes:** Necessidade de repensar, equacionar e desenvolver uma melhor compatibiliza o das principais atividades económicas e humanas do território com a existência e preserva o da natureza, numa  tica de desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazo, e que tenha em conta as especificidades e diversidade dos vários locais e comunidades do PNSACV. A atividade turística gera impactos para os valores naturais existentes por potenciar pressões em determinadas áreas. A conversão de usos como pastagens, matos e culturas arvenses em áreas florestais também cria impactos

em várias espécies de flora e fauna, bem como a reflorestação com a introdução de espécies exóticas, como o eucalipto. O Perímetro de Rega de Mira é uma área agrícola em intensificação, com um incremento das áreas impermeabilizadas com estufas, apostando-se sobretudo nas culturas irrigadas, o que traz inevitáveis consequências na paisagem e ao nível da gestão da água.

5.3 MUDANÇAS PARA O TERRITÓRIO

Considerando a definição de parque natural descrita no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual: *“Entende-se por «parque natural» uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços. A classificação de um parque natural visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente: a) A promoção de práticas de manejo que assegurem a conservação dos elementos da biodiversidade; b) A criação de oportunidades para a promoção de atividades de recreio e lazer, que no seu caráter e magnitude estejam em consonância com a manutenção dos atributos e qualidades da área; c) A promoção de atividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável”*, no âmbito específico da Cogestão do PNSACV, de acordo com as competências inerentes a este modelo, pretende-se:

- **ao nível do contributo para a conservação do património natural:** promover a elaboração de planos de ação para o controlo de pequenos núcleos de distribuição de espécies invasoras, bem como incentivar à realização de projetos e ações de monitorização e controlo da proliferação destas espécies e de preservação de espécies autóctones no território. Elaborar planos de ações prioritárias de ordenamento e balizamento e sinalização de acessos de forma a proteger áreas sensíveis e evitar a sua degradação, bem como potenciar ações que visem minimizar o caravanismo e campismo ilegais. Acompanhar e divulgar projetos e ações de conservação da natureza, proteção da biodiversidade e restauro ecológico na área terrestre e marinha do PNSACV de várias entidades que se mostraram disponíveis para colaborar no âmbito da Cogestão e que desenvolvem trabalho em prol do desenvolvimento sustentável desta área protegida;
- **ao nível da promoção de condições para a adequada visitação:** melhorar as condições de visitação, através da reabilitação e manutenção de sinalização informativa, infraestruturas de apoio ao usufruto adequado do território e a criação de portas de entrada do parque natural, bem como de centros que permitam o conhecimento/interpretação dos valores naturais e infraestruturas de apoio ao turismo e desporto de natureza. Planear e executar ações de balizamento e ordenamento de acessos, bem como identificação com sinalética de áreas sensíveis e legislação em vigor. Compilar ao nível dos dados existentes a informação disponível em termos de visitação;

- **ao nível das atividades económicas e humanas:** potenciar o desenvolvimento de ações que promovam a compatibilização das atividades económicas e humanas com a conservação da biodiversidade, quer através de ferramentas que informem sobre o código de conduta dos visitantes, quer de um manual/guia de apoio ao investidor económico no território, que contemple linhas gerais da legislação em vigor, bem como aspetos de compromisso e responsabilidade ambiental para com este território. Promover ações de esclarecimento e informação sobre o PNSACV junto das empresas, entidades e comunidades locais, potenciando a criação de parcerias para o desenvolvimento e participação em diversas ações, que poderão ser também de voluntariado e mecenato ambiental;
- **ao nível da promoção do conhecimento e meios de sensibilização:** contribuir para a melhoria do conhecimento sobre o PNSACV. Divulgar feiras e eventos das principais atividades ambientais, culturais e económicas do território, bem como realizar diversas ações de sensibilização para vários públicos-alvo sobre diferentes temáticas pertinentes relacionadas com o PNSACV. Fomentar a marca NATURAL.PT, ao nível dos produtos e dos serviços existentes na região. Criar ações nas escolas que proporcionem o conhecimento dos valores naturais do PNSACV por parte da comunidade escolar, bem como divulgar e apoiar os programas de educação ambiental já existentes e em desenvolvimento dos vários municípios e entidades da Comissão;
- **ao nível da promoção da investigação e produção de conhecimento:** incentivar e colaborar com projetos de investigação científica de entidades públicas e privadas, centros de investigação, universidades e institutos politécnicos, empresas e associações ligadas ao PNSACV, bem como participar em reuniões e fomentar interações entre entidades para a produção de conhecimento sobre o território. Divulgar a possível existência de bolsas de investigação específicas e ações ligada ao PNSACV, que propiciem a criação de emprego, a fixação dos jovens e melhores condições de vida da população. Divulgar projetos/ações de investigação e de produção de conhecimento junto das comunidades locais, fomentando a comunicação de ciência e a participação pública;
- **ao nível da comunicação:** produzir e disseminar materiais de comunicação e desenvolver ações que permitam a divulgação dos valores naturais desta área protegida, de forma a aumentar o seu conhecimento dentro e fora do território do PNSACV. Promover dias abertos para a população residente e visitante, bem como participar em eventos de forma a comunicar cada vez melhor o território do PNSACV;
- **ao nível do sentimento de pertença da população ao PNSACV:** fomentar a interação da população residente e dos seus atores chave com o PNSACV, de modo a fortalecer o sentimento de pertença e a sua identificação com este território e seus valores naturais, através da dinamização de ações de esclarecimento, de formação, de sensibilização, sessões temáticas, palestras, exposições, feiras e eventos de modo a fortalecer a relação entre as partes. Divulgar projetos, ações e produtos endógenos do território, criar ideias

inovadoras para aproximar as pessoas do conhecimento sobre o PNSACV e concretizar ideias para valorizar/reconhecer pessoas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do PNSACV;

- **ao nível da promoção da articulação institucional:** incentivar a comunicação e articulação do trabalho com as instituições públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do património natural, bem como contribuir para melhorar o envolvimento entre as entidades da Comissão e o estabelecimento de parcerias/envolvimento com outras entidades presentes no território, no âmbito da Cogestão, criando estratégias e dinâmicas de trabalho, com vista à melhoria da comunicação, bem como no desempenho do trabalho realizado no em prol do PNSACV.

5.4 ESTRATÉGIA CONSENSUAL PARA O TERRITÓRIO

A estratégia para o território do PNSACV assenta na valorização e promoção do território, na sensibilização das comunidades locais e visitantes para os valores naturais e na melhoria da comunicação entre todos os intervenientes e utilizadores. Pretende-se também contribuir, ao nível do acompanhamento e divulgação de projetos e ações de várias entidades, para a conservação da natureza, proteção da biodiversidade e restauro ecológico, numa ótica de sustentabilidade e resiliência do território.

Figura 25 - Sessão participativa em Aljezur (Fonte: EP)



O objetivo é ir construindo caminho para a sustentabilidade do PNSACV através da realização, gradual, de um conjunto de ações que aproximem as comunidades da identidade deste parque natural, de várias formas, para abranger o maior número de pessoas possível. Ações focadas no conhecimento e preservação dos valores naturais, promovendo o seu usufruto de forma informada e regrada, com foco na valorização dos recursos existentes, bem como na divulgação e valorização dos produtos endógenos ligados às vivências das comunidades locais.

Para tal, pretende-se implementar um Modelo de Cogestão que caminhe para uma harmonização entre a conservação da natureza e o usufruto sustentável do território. Este modelo entende a continuidade e a inovação das práticas associadas às atividades económicas, enquanto reforça a possibilidade de haver uma harmonia entre o desenvolvimento económico e a conservação da natureza, numa perspetiva de que as situações mais sensíveis de compatibilização poderão vir a ser um desafio para estimular competências locais/regionais e nacionais para o estudo, empreendedorismo e inovação em prol do desenvolvimento sustentável deste território.

Assim, com base na análise anteriormente realizada, foram definidos três grandes eixos estratégicos (Figura 26). Estes servirão de orientação para a definição das medidas e ações que guiarão a Cogestão do PNSACV.

Figura 26 - Eixos estratégicos e áreas-chave de atuação

EIXOS ESTRATÉGICOS	ÁREAS-CHAVE DE ATUAÇÃO
EIXO 1 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO	Conservação, Valorização, Reabilitação
EIXO 2 – SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Conhecimento, Educação, Sensibilização
EIXO 3 – ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Informação, Colaboração, Pertença

Pretende-se que estes eixos sob a forma de compromissos possam vir também a contribuir para aumentar a resiliência do PNSACV aos impactos das alterações climáticas, bem como para a prossecução dos ODS da Agenda 2030, com ênfase nos seguintes ODS/Metas (ONU, 2024):

ODS 4 – Educação de Qualidade: 4.7 Garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, (...) cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

ODS 13 – Ação Climática: 13.3 Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas;

ODS 14 – Proteger a Vida Marinha: 14.1 Prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;

ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre: 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais e travar a perda de biodiversidade.

6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER



As medidas e ações a implementar no âmbito do presente de Plano de Cogestão foram elaboradas com base na auscultação realizada, destacando-se os contributos dos vários atores chave presentes nas sessões participativas e em reuniões, os resultados do inquérito de opinião pública e as saídas de campo efetuadas com os Vigilantes da Natureza do ICNF.

Os resultados deste trabalho foram compilados e complementados pelos conhecimentos das entidades que compõem a Comissão de Cogestão e respetiva Estrutura de Apoio, na perspetiva de se construir, gradualmente, um caminho de mudança dos fatores críticos do território, tendo, no entanto, em conta as estritas competências deste Modelo.

Assim, de acordo com os objetivos específicos e eixos estratégicos mencionados no capítulo anterior, foi possível nomear um conjunto de medidas - que visam responder às particularidades e necessidades deste território - que se irão traduzir nas futuras ações a realizar. De seguida, na Figura 27 apresentam-se para cada Eixo, as medidas de execução correspondentes:

Figura 27 - Medidas de execução por cada eixo definido

EIXOS	MEDIDAS
EIXO 1 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO	1.1 Conservar o património natural do PNSACV 1.2 Promover condições de apoio à visitação do PNSACV 1.3 Promover a compatibilização entre as principais atividades económicas (agricultura/turismo) com a conservação dos valores naturais do PNSACV 1.4 Valorizar e promover os produtos locais produzidos de forma sustentável
EIXO 2 SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.1 Promover o conhecimento do património natural do PNSACV 2.2 Proporcionar meios de sensibilização sobre o património natural do PNSACV 2.3 Promover a investigação e a produção de conhecimento sobre o PNSACV
EIXO 3 ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3.1 Comunicar o PNSACV à população (residente e visitante) 3.2 Fomentar a apropriação do património natural do PNSACV e o sentido de pertença ao território 3.3 Promover a coordenação e articulação institucional para a conservação da natureza, restauro ecológico e resiliência do território

A Comissão considerou imprescindível delinear a estratégia no sentido de vir a imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço do PNSACV o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada, nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais presentes.

Desta forma, este Plano pretende ser um documento que consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução, e que, para além das que integram a Comissão, inclui o estabelecimento de parcerias e o envolvimento de outras entidades e pessoas presentes no território.

Assim, para além de propostas de iniciativas das entidades da Comissão, foram apurados, durante o processo de auscultação e envolvimento dos atores chave, outros projetos e ações de

entidades externas. A medida 1.1 – Conservar o Património Natural do PNSACV, na sua ação 1.1.4 contempla um conjunto projetos/ações resultantes das interações do processo participativo, que no âmbito da Cogestão, a Comissão pretende acompanhar e divulgar, sendo apresentados no Anexo IV. De ressaltar, que estes projetos e ações encontram-se em várias fases de maturidade (desde a simples ideia até à fase de implementação), sem quaisquer competências de gestão dos mesmos por parte da Comissão de Cogestão do PNSACV.

De salientar que todos os projetos e ações previstos no presente Plano, bem como aqueles que venham a resultar de novas ideias ou parcerias a desenvolver no seu âmbito, não dispensam de seguir os trâmites normais junto das entidades competentes, conforme determinado na legislação vigente, para assegurar a legalidade e a validade dos atos praticados.

De salientar ainda o esforço efetuado no sentido de promover o envolvimento dos atores locais num território extenso como é o PNSACV e que abrange, não só quatro municípios diferentes, como também duas regiões distintas, o Alentejo e o Algarve.

A partir de cada medida identificada, foram definidas as respetivas ações no âmbito do Plano. A programação temporal das medidas a realizar abrange o período de quatro anos (2025-2028), sendo identificada a previsão do período de execução para cada ação.

Importa salientar que foi atribuída especial relevância à concretização de medidas prioritárias, focando as necessidades mais importantes e definindo prioridades de intervenção, considerando as limitações financeiras que existem a nível nacional e regional, de acordo com as indicações dadas na Portaria 247/2025/2, de 4 de abril, que aprovou o Projeto de «Cogestão de áreas protegidas 2025-2028».

As ações propostas foram categorizadas por prioridade de execução, de 1 a 3: 1 - alta; 2 - média; 3 - baixa, nomeando-se a entidade ou entidades responsáveis, potenciais parceiros (outras entidades envolvidas) e estimativa meramente indicativa de orçamento.

Em algumas ações, a “Comissão de Cogestão e Estrutura de Apoio” são identificadas como “Entidades responsáveis”, uma vez que a realização das mesmas, implica o envolvimento ativo de todas as partes integrantes desta Comissão.

De referir, que existem ações que têm a menção “a integrar num Plano de Sensibilização” e outras “a integrar num Plano de Comunicação”, pretendendo-se que as mesmas venham a ser inseridas nestes dois tipos de documentos, em que terão, de forma agregada e integrada, estratégias próprias de realização durante o período de vigência do Plano, para melhor responder às necessidades identificadas nestes dois âmbitos.

De seguida, apresentam-se as tabelas das medidas e ações concretas propostas por Eixo Estratégico (Figuras 28, 29 e 30). Algumas ações possuem um complemento descritivo.

Figura 28 – Medidas e ações do Eixo 1

EIXO 1 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Estimativa indicativa/ orçamento
		2025	2026	2027	2028			
MEDIDA 1.1 - CONSERVAR O PATRIMÓNIO NATURAL DO PNSACV								395.000 €
1.1.1 Desenvolver ações para prevenção, fiscalização e sensibilização para combater o campismo, caravanismo e autocaravanismo não autorizado no PNSACV	1	x	x	x	x	ICNF	Municípios/ GNR/ AMN/ ROTA VICENTINA/ CCDRs ALENTEJO e ALGARVE	
1.1.2 Desenvolver ações prioritárias de ordenamento/balizamento de acessos junto à linha de costa do PNSACV (por exemplo: delimitação de zonas interditas, harmonização de acessos em função dos valores naturais, manutenção de passadiços e regulação do estacionamento com delimitadores)	1		x	x	x	ICNF/ Municípios/ Juntas de Freguesia	GNR/AMN/ APA-ARHs ALENTEJO e ALGARVE	
1.1.3 Desenvolver ações de monitorização e controlo da proliferação de espécies invasoras no território abrangido pelo PNSACV	1	x	x	x	x	ICNF/ Municípios/ Universidade Algarve/ Universidade Évora/ GEOTA	CEBAL/ MOSSY EARTH/ REWILDING SUDOESTE/ INVASORAS.PT/ *	
1.1.4 Acompanhar e divulgar projetos/ações de conservação e restauro ecológico na área terrestre e marinha do PNSACV (ver Anexo IV)	1	x	x	x	x	Ver Anexo IV	Ver Anexo IV	
MEDIDA 1.2 - PROMOVER CONDIÇÕES DE APOIO À VISITAÇÃO DO PNSACV								1.435.000 €
1.2.1 Criar, reabilitar e assegurar a manutenção da sinalética informativa no PNSACV, adotando uma linha de comunicação uniformizada e coerente com a identidade da área protegida (por exemplo: placas/outdoor sobre os limites do PNSACV com as principais normas de conduta e adequado usufruto do território; placas de sinalização: proibição de estacionamento, de interdição de pesca, de delimitação de trilhos; sinalética de divulgação dos geossítios e respetivas rotas)	1	x	x	x	x	ICNF/ Municípios	GNR/ AMN/ DGRM/ CCDRs ALENTEJO e ALGARVE/ ROTA VICENTINA/ *	
1.2.2 Criar "portas de entrada" no PNSACV, espaços dotados de meios de informação e sensibilização sobre a visitação e os valores naturais do PNSACV, que tenham uma linha de comunicação uniformizada e coerente com a identidade da área protegida	1		x	x		Municípios/ICNF/ CCDRs ALENTEJO e ALGARVE	ERT ALENTEJO e ERT ALGARVE	
1.2.3 Criar o Centro Interpretativo da Casa Branca (Odemira)	1	x	x	x	x	CM Odemira	ICNF	

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Estimativa indicativa/orçamento
		2025	2026	2027	2028			
1.2.4 Criar o Centro Interpretativo do Sudoeste - Cabo de Sardão (Odemira)	2		x	x	x	CM Odemira	ICNF/ *	
1.2.5 Criar o Centro Interpretativo de Odeceixe - Antiga Escola de Odeceixe (Aljezur)	2		x	x	x	CM Aljezur	ICNF/ *	
1.2.6 Criar um ponto de receção/apoio à visita no Museu de Vila do Bispo (Vila do Bispo)	2		x	x	x	CM Vila Bispo	ICNF/ *	
1.2.7 Planear, qualificar e manter infraestruturas de apoio ao turismo de natureza no PNSACV, nomeadamente observação de aves, desporto de natureza, rotas e percursos pedestres	2		x	x	x	Municípios/ ICNF	ROTA VICENTINA/ *	
1.2.8 Compilar registos disponíveis de contabilização de visitantes do PNSACV nas estruturas/plataformas existentes ou a criar (anualmente) e avaliar possíveis estratégias de melhoria para desenvolvimento desse trabalho (definir metodologia e locais, por exemplo postos de turismo, portas de entrada, entre outros)	1	x	x	x	x	CCDRs ALENTEJO e ALGARVE / ICNF/ Municípios	ERT ALENTEJO e ERT ALGARVE	

MEDIDA 1.3 - PROMOVER A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÓMICAS (AGRICULTURA/TURISMO) COM A CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS DO PNSACV
43.000€

1.3.1 Promover a criação de possíveis parcerias com o tecido empresarial, estabelecimentos de ensino, associações e outras entidades da sociedade civil, com vista a fomentar a sua participação em ações de voluntariado ambiental	1	x	x	x	x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio	Agrupamentos de Escolas/ Associações locais/ Empresas locais/ AHSA/ ABM/ *	
1.3.2 Desenvolver ações que promovam o esclarecimento/informação sobre vários temas pertinentes do PNSACV a empresas locais (por exemplo: valores naturais, normas/regulamento em vigor, pesca, Áreas de Serviço de Autocaravanas, charcos temporários, espécies invasoras, adequada visita no território, campismo não autorizado) (a integrar num Plano de Sensibilização)	1	x	x	x	x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio	Associações locais/ Empresas locais/ Juntas Freguesia/GNR/AMN/DGRM/Universidades/ABM/ *	
1.3.3 Divulgar, ao nível do turismo de natureza, projetos e ações e criar possível envolvimento com essas entidades para incluir referências de sensibilização sobre os valores do PNSACV e boas práticas de usufruto do território nas suas atividades	2	x	x	x	x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio	Associações locais/ Empresas locais/ Escolas de surf e bodyboard/ Clubes náuticos/ Agentes turísticos/ Rota Vicentina/ *	
1.3.4 Criar um "Guia do Investidor" no PNSACV (manual de procedimentos, clareza/simplificação da regulamentação em vigor, código de conduta das empresas, compromisso, ética e responsabilidade na área protegida)	2			x		ICNF/ CCDRs ALENTEJO e ALGARVE / Municípios	AHSA/ ABM/ ROTA VICENTINA/ Associação Casas Brancas/ *	
1.3.5 Organizar um <i>Workshop</i> sobre soluções bio-baseadas para empresas de turismo e agricultura do PNSACV (por exemplo: sebes biodiversas, materiais e produtos sustentáveis na construção de fito-etars, piscinas biológicas, jardins, painéis fotovoltaicos, <i>rewilding</i> espaços naturais, entre outros)	3				x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio	*	

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas	Estimativa indicativa/orçamento
		2025	2026	2027	2028			
1.3.6 Desenvolver um projeto de integração de pescadores e empresas locais na conservação da natureza marinha no PNSACV	1	x	x	x	x	Universidade do Algarve (CCMAR - Centro de Ciências do Mar do Algarve)	Municípios/ Universidade Évora/ ICNF/ Associações e clubes ligados ao mar/ *	
1.3.7 Desenvolver um projeto de valorização de práticas agrícolas tradicionais: Pesquisa e reintrodução de técnicas agrícolas locais que respeitam o equilíbrio natural no PNSACV	2		x	x	x	Universidade do Algarve (MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento)	*	
MEDIDA 1.4 – VALORIZAR E PROMOVER OS PRODUTOS LOCAIS PRODUZIDOS DE FORMA SUSTENTÁVEL								A definir
1.4.1 Divulgar e dinamizar a marca Natural.PT no PNSACV: a marca é uma iniciativa de promoção integrada do território, dos produtos e serviços existentes nas áreas protegidas e na sua envolvente próxima, que partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos	2	x	x	x	x	CCDRs ALENTEJO e ALGARVE	ICNF/ Municípios/ *	
1.4.2 Promover a instalação de pontos de venda de produtos locais nas portas de entrada do PNSACV a criar e aliar às iniciativas da marca Natural.PT	2		x	x	x	CCDRs ALENTEJO e ALGARVE	ICNF/ Municípios/ *	

*No momento de desenvolvimento da ação serão definidas todas as entidades envolvidas

Figura 29 – Medidas e ações do Eixo 2

EIXO 2 – SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Entidades envolvidas	Estimativa indicativa/orçamento	
		2025	2026	2027	2028				
MEDIDA 2.1 - PROMOVER O CONHECIMENTO SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL DO PNSACV									A definir
2.1.1 Promover e divulgar feiras e festivais de atividades económicas do território compatíveis com os valores do PNSACV: Festival das Florestas Marinhas de Sagres, Festival de Observação de Aves - Sagres; Festival da Batata-doce de Aljezur; FACECO Odemira; FEITUR Odemira; entre outras	1	x	x	x	x	Municípios	Associações e Empresas locais/ *		
2.1.2 Desenvolver ações de sensibilização sobre o PNSACV junto das comunidades migrantes em Odemira (por exemplo: ações de proximidade (rua) com distribuição de flyers/panfletos; ações junto dos trabalhadores nas empresas agrícolas; ações de sensibilização sobre a deposição correta do lixo) (a integrar num Plano de Sensibilização)	1	x	x	x	x	TAIPA (Equipa de Mediadores Interculturais e Projeto ST9G)	Juntas de Freguesia/ Município Odemira/ AMBILITAL/GNR/ AHSA/ *		
2.1.3 Desenvolver campanha de sensibilização sobre o PNSACV: incorporar nas sessões a realizar no âmbito do GAL "Vicentina ADERE 2030" e do projeto "CAFE - Capacitar, Apoiar, Fomentar o Empreendedorismo no território do Barlavento" (Aljezur e Vila do Bispo)	1		x	x	x	Associação Vicentina	*		
MEDIDA 2.2 - PROPORCIONAR MEIOS DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O PATRIMÓNIO NATURAL DO PNSACV									310.000 €
2.2.1 Desenvolver e implementar a ação "PNSACV vai às escolas": atividades de sensibilização e educação ambiental junto da comunidade escolar (com a presença e contributos dos Vigilantes da Natureza e dos Técnicos do ICNF)	1	x	x	x	x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio/ ICNF	Municípios / *		
2.2.2 Implementar programas de sensibilização e educação ambiental junto da comunidade escolar e/ou do público em geral, que promovam a bio/geodiversidade do PNSACV (palestras, exposições, workshops, saídas de campo, ações de limpeza de praias, etc.) (a integrar num Plano de Sensibilização)	1	x	x	x	x	Municípios	ICNF/ GEOTA/ Universidade Évora/ CEBAL/ Associação A Rocha/ ASPEA/TAGIS/ REWILDING SUDOESTE/ Centro Português de Geo-História e Pré-História/LPN/ ARROJAL/ AHSA/ *		

2.2.3 Desenvolver ações de sensibilização e de formação sobre diferentes temáticas pertinentes no PNSACV (por exemplo: flora autóctone e invasora, limpeza de margens e prevenção de incêndios, biodiversidade, lixo, pesca, poluição marinha, ofícios tradicionais, etc.) para diversos atores chave: funcionários municipais, professores, comunidades locais, etc.) (a integrar num Plano de Sensibilização)	1	x	x	x	x	Universidade Algarve/ Universidade Évora/ Municípios/ ICNF/ GEOTA	REWILDING SUDOESTE/ NVASORAS.PT/ MOSSY EARTH/ *
---	---	---	---	---	---	---	--

MEDIDA 2.3 - PROMOVER A INVESTIGAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O PNSACV **167.000 €**

2.3.1 Incentivar e colaborar com projetos de investigação científica de entidades públicas e privadas, centros de investigação, universidades e institutos politécnicos, empresas e associações ligadas ao PNSACV, bem como participar em reuniões e fomentar interações entre entidades para a produção de conhecimento sobre o território	1	x	x	x	x	Comissão Cogestão e Estrutura Apoio	Universidade de Évora/ Universidade do Algarve/ Municípios/ GEOTA/ CEBAL/ *
2.3.2 Divulgar a possível existência de bolsas de Investigação específicas e ações que propiciem a criação de emprego, a fixação dos jovens e melhores condições de vida da população ligadas ao PNSACV	2	x	x	x	x	Universidade de Évora/ Universidade do Algarve/ GEOTA	CEBAL /REWILDING SUDOESTE/ MOSSY EARTH/ *
2.3.3 Divulgar projetos/ações de investigação e de produção de conhecimento junto das comunidades locais (comunicação de ciência) e fomentar a participação pública (a integrar num Plano de Comunicação)	2	x	x	x	x	Universidade de Évora/ Universidade do Algarve/ GEOTA	CEBAL /REWILDING SUDOESTE/ MOSSY EARTH/ *
2.3.4 Efetuar o levantamento dos geossítios existentes no PNSACV e promover e divulgar iniciativas sobre a geodiversidade do território	1	x	x	x	x	Municípios	Universidade do Algarve/ Universidade de Évora/ Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

*No momento de desenvolvimento da ação serão definidas todas as entidades envolvidas

Figura 30 – Medidas e ações do Eixo 3

EIXO 3 - ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Entidades envolvidas	Estimativa indicativa/ orçamento
		2025	2026	2027	2028			
MEDIDA 3.1 - COMUNICAR O PNSACV À POPULAÇÃO (RESIDENTE E VISITANTE)								59.500 €
3.1.1 Criar e divulgar uma newsletter de carácter periódico sobre o PNSACV com conteúdos informativos sobre a área protegida, iniciativas em curso, valores naturais e culturais e oportunidades de participação da comunidade (a integrar num Plano de Comunicação)	3				x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.1.2 Criar e gerir um perfil nas redes sociais da Cogestão do PNSACV para divulgar regularmente as ações do Plano de Cogestão, valores, efemérides e eventos relacionados com as temáticas da Cogestão (a integrar num Plano de Comunicação)	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.1.3 Criar um ciclo de webinários sobre temáticas pertinentes do PNSACV (a integrar num Plano de Sensibilização)	1		x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.1.4 Promover a criação de materiais e meios de divulgação do território do PNSACV (por exemplo: APP, website, jogos, vídeos, exposições, mapas, telas, <i>roll-ups</i> , jogos, folhetos/brochuras, etc.) (a integrar num Plano de Comunicação)	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	Associação A Rocha/ CEBAL/ REWILDING SUDOESTE	
3.1.5 Criar uma <i>mailing list</i> dos atores locais do PNSACV para partilhar informação, comunicar eventos, notícias, projetos, ações e atividades	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.1.6 Criar um folheto sobre código de conduta dos visitantes no PNSACV, formato físico e digital	1		x	x		ICNF	GNR/ Polícia Marítima/ Municípios	
3.1.7 Manter atualizada a informação nos espaços online existentes dedicados ao PNSACV e criar parcerias com entidades do território para divulgação dessa informação	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.1.8 Promover "Dias Abertos" para a população residente e visitante, que permitam aumentar o conhecimento geral sobre o PNSACV e desenvolver atividades em datas comemorativas relevantes (a integrar num Plano de Sensibilização)	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	

Medida/Ação	Prioridade	Ano				Entidades responsáveis	Entidades envolvidas	Estimativa indicativa/orçamento
		2025	2026	2027	2028			
3.1.9 Participar em eventos para divulgação do património natural do PNSACV e do turismo da natureza	2	X	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
MEDIDA 3.2 - FOMENTAR A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL DO PNSACV E O SENTIDO DE PERTENÇA AO TERRITÓRIO								30.000 €
3.2.1 Divulgar projetos e ações que unam arte e natureza, património arqueológico e geológico, produtos endógenos, marcas e selos que valorizam e respeitam os valores naturais do PNSACV junto das comunidades locais (por exemplo: visitas interpretativas guiadas, ateliers de cerâmica, concursos de fotografia, pintura, diários gráficos, artesanato, gastronomia, etc.)	2	x	x	x	x	Comissão de Cogestão	Associações artistas e artesãos locais/ Associação A Rocha/ Associação AVONDE/ Agrupamentos de escolas/ *	
3.2.2 Desenvolver o projeto "Histórias do território": Produção de documentários curtos ou artigos sobre pessoas e iniciativas que promovem a conservação e o desenvolvimento sustentável no PNSACV	1		x	x	x	Universidade do Algarve (MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento)	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio/ Associação AVONDE/ *	
MEDIDA 3.3 - PROMOVER A COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO								21.500 €
3.3.1 Realizar workshop anual de sensibilização para as autoridades/entidades sobre o património natural e normas de conduta dentro do PNSACV	1		x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	GNR/ Polícia Marítima/ Juntas Freguesia/ *	
3.3.2 Colaborar na divulgação das ações sobre o Plano Nacional do Restauro da Natureza e participar nas respetivas iniciativas, no âmbito da Cogestão	2	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	ICNF/ *	
3.3.3 Promover o apoio técnico de suporte a eventuais documentos de candidaturas a fundos para obtenção de financiamento para projetos previamente definidos no âmbito da Cogestão	2	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.3.4 Criar estratégias e dinâmicas de trabalho, no âmbito da Cogestão, com vista à melhoria da articulação entre as entidades da Comissão e das metodologias de trabalho da Estrutura de Apoio	1	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	
3.3.5 Participar em eventos para promover a troca de experiências da Cogestão, numa lógica de rede nacional, com as restantes Comissões de Cogestão (por exemplo: ações de <i>benchmarking</i> , reuniões para partilha de experiências, campanhas conjuntas e parcerias temáticas entre áreas protegidas)	3	x	x	x	x	Comissão de Cogestão e Estrutura Apoio	*	

*No momento de desenvolvimento da ação serão definidas todas as entidades envolvidas

7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO



Rio Mira, Vila Nova de Milfontes

7.1 FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS E AÇÕES

De acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, o financiamento do Modelo de Cogestão deve basear-se nos seguintes pontos:

1. Ao financiamento das medidas e das ações constantes no Plano de Cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade;
2. O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo;
3. O financiamento das medidas e ações constantes no Plano de Cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar;
4. Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no Plano de Cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:
 - Receitas próprias do ICNF, I.P.;
 - Receitas próprias das demais entidades representadas na Comissão de Cogestão;
 - Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à Área Protegida;
 - Verba disponibilizada pelos Municípios abrangidos pela Área Protegida;
 - Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
 - Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
 - Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
 - Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes nos Planos de Cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A Comissão de Cogestão, com o apoio da Estrutura de Apoio, procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento para apoiar a execução das ações previstas no Plano de Cogestão do PNSACV.

7.2 ESTRATÉGIAS DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO

A Comissão de Cogestão, com o apoio da Estrutura de Apoio e dos demais parceiros envolvidos, buscará identificar os instrumentos de financiamento mais adequados, assegurando sua compatibilidade com as diretrizes estabelecidas no programa de medidas e ações.

A obtenção de financiamento do Plano de Cogestão do PNSACV passará pelas seguintes estratégias:

- Submissão de projetos a candidaturas a programas de financiamento (Fundo Ambiental, MAR2030, ALGARVE 2030, ALENTEJO 2030, entre outros);
- Gabinete de investimentos ou similares das Câmaras Municipais de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo;
- Orçamentos das instituições que compõem a Comissão de Cogestão;
- Mecenato ambiental.

As entidades integrantes da Comissão de Cogestão do PNSACV pretendem candidatar-se a programas de financiamento, de modo que o máximo de medidas propostas no Capítulo 6 possam ser implementadas. As entidades externas à Comissão, responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos e ações mencionados no Plano de Cogestão, também poderão candidatar-se a estes programas para beneficiar de apoios financeiros. Estas candidaturas poderão vir a ser realizadas individualmente ou em parceria.

7.3 RESUMO DO INVESTIMENTO NECESSÁRIO AO PLANO DE COGESTÃO

O conjunto das medidas definidas como prioritárias previstas para cada um dos três eixos estratégicos do Plano, soma uma previsão de investimento na ordem dos 2.461.000€, conforme o quadro resumo que se apresenta na Figura 31.

Figura 31 - Estimativa orçamental das ações do Plano de Cogestão

EIXOS	MEDIDAS	ESTIMATIVA INDICATIVA
EIXO 1 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	1.1 - Conservar o património natural do PNSACV	395.000 €
	1.2 - Promover condições de apoio à visita do PNSACV	1. 435.000 €
	1.3 - Promover a compatibilização entre as principais atividades económicas (agricultura/turismo) com a conservação dos valores naturais do PNSACV	43.000 €
	1.4 - Valorizar e promover os produtos locais produzidos de forma sustentável	A definir
ESTIMATIVA ORÇAMENTAL EIXO 1		1. 873.000 €
EIXO 2 SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.1 - Promover o conhecimento do património natural do PNSACV	A definir
	2.2 - Proporcionar meios de sensibilização sobre o património natural do PNSACV	310.000 €
	2.3 - Promover a investigação e a produção de conhecimento sobre o PNSACV	167.000 €
ESTIMATIVA ORÇAMENTAL EIXO 2		477. 000 €
EIXO 3 ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3.1 - Comunicar o PNSACV à população (residente e visitante)	59.500 €
	3.2 - Fomentar a apropriação do património natural do PNSACV e o sentido de pertença ao território	30.000 €
	3.3 - Promover a coordenação e articulação institucional para a conservação da natureza, restauro ecológico e resiliência do território	21.500 €
ESTIMATIVA ORÇAMENTAL EIXO 3		111.000 €
ESTIMATIVA TOTAL DOS EIXOS		2.461.000 €

De salientar que as estimativas de orçamento apresentadas relativas às ações propostas são meramente indicativas e que poderão vir a sofrer alterações/atualizações aquando a elaboração do plano de atividades anual, onde haverá uma maior definição das ações a desenvolver e, consequentemente, maior detalhe a nível da previsão de orçamentação.

Para além disso, importa referir que existem ações mencionadas nas Figuras 26, 27 e 28 (com a menção “a definir”) que não têm referência relativamente à estimativa de orçamento, sendo suportadas pelas entidades indicadas como responsáveis, mas, caso haja oportunidade de financiamento através das estratégias referidas no ponto anterior, estas ações serão candidatas à semelhança de todas as outras, sem restrição.

Por último, de referir que, de acordo com a Portaria n.º 247/2025/2, de 4 de abril, os planos de Cogestão já elaborados evidenciam uma grande diversidade de medidas cujos custos, em alguns casos, são significativamente elevados, pelo que importa focar nas necessidades mais importantes e definir prioridades de ação considerando as limitações financeiras que existem a nível nacional e regional.

Figura 32 - Vista sobre o oceano Atlântico, Vila do Bispo (Fonte: EP)



8. MONITORIZAÇÃO



A monitorização do Plano de Cogestão é da responsabilidade das entidades que compõem a Comissão de Cogestão, sob a supervisão do Conselho Estratégico do PNSACV.

Anualmente, conforme estabelecido no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua redação atual, será elaborado um Plano Anual de Atividades, definindo e especificando de forma mais detalhada as ações a desenvolver ao longo do ano. No final do período, será produzido um Relatório Anual de Execução de Atividades, que avaliará a concretização das ações previstas, a ser apresentado no primeiro trimestre do ano seguinte. Esses dois instrumentos de gestão são essenciais para monitorizar e verificar a execução do Plano de Cogestão.

Para além disso, o mesmo enquadramento legal determina a adoção de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas. Com base na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, esses indicadores foram alinhados com os projetos e ações prioritárias mencionados no n.º 3 do artigo 12.º do referido Decreto-Lei e integrados no Plano de Cogestão.

A análise anual desses indicadores possibilita a comparação entre a situação inicial (de referência), anterior à implementação das medidas e ações, e a evolução ao longo do tempo. Os resultados serão reportados no Relatório Anual de Execução de Atividades, garantindo uma análise contínua do impacto das iniciativas desenvolvidas.

A Figura 33 apresenta o levantamento da situação atual do conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização, conforme estabelecido na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, assim como a definição das metas a atingir no âmbito da Cogestão do PNSACV. De referir que a mesma evidencia o contributo das ações previstas no presente Plano para o cumprimento das respetivas metas, demonstrando a sua relação com os indicadores estabelecidos.

Relativamente ao indicador “Visitação”, da pesquisa efetuada junto do ICNF, não existem dados de referência ao ano de 2024 para o PNSACV. Para além disso, de acordo com a ERT Algarve, também não existem estimativas oficiais das entidades competentes, publicadas à data, relativas a projeções de visitação para este território para o horizonte temporal de 2025-2028, não se afigurando assim possível traçar previsões/metas para este indicador, uma vez que não existem dados de suporte que possam substanciar essa formulação.

No que respeita à Figura 34, a mesma apresenta de forma geral o contributo do Plano de Cogestão da PNSACV, nomeadamente das ações definidas, para o cumprimento das metas definidas para esses indicadores.

Figura 33 - Indicadores de realização, situação de referência e metas estabelecidas, conforme estabelecido na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março

TEMÁTICA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA (2024)	ESPECIFICAÇÃO	META PARA 2025-2028
Porta de entrada	Porta(s) de entrada da área protegida, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes	n.º	0	-	4
Infraestruturas de lazer e visitação	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merendas, observatórios, passadiços, entre outras)	n.º	44	23 Zonas de passadiços e miradouros; 19 Parques de merendas; 2 Centros de interpretação	47
Materiais de divulgação	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras)	n.º	6	1 mapa em PT/EN; 1 Site lcnf.pt; 1 Site Natural.pt; 1 folheto (Cogestão); 2 folheto (PNSACV) em várias línguas	12
Rotas e percursos interpretativos	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras)	n.º	32	3 Estações da EBIO; 1 Museu Vivo; 1 Percorso Perímetro Florestal; 1 Jardim ribeirinho; 26 Rotas e trilhos pedestres; 2559 km de Trilhos cicláveis	32
Sinalização	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras)	n.º	0	As estruturas de sinalização existentes na AP estão degradadas/vandalizadas	20
Visitação	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros	n.º	n.a.	Não existem registos de referência nas estruturas da AP. A nível nacional, dados do INE (2025): Dormidas por estabelecimentos de alojamento turístico, por localização geográfica em 2024: Aljezur – 176302; Odemira – 365598; Sines – 163303; Vila Bispo – 479754; A nível local, dados dos Municípios (2025) Visitantes dos postos de turismo: Aljezur – 1474; Odemira – 18586; Sines – 5646; Vila do Bispo – 13095.	*
	Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza	n.º	n.a.	Não existem registos de referência sobre visitantes da AP. Dados do Turismo de Portugal (2025) Nos 4 concelhos existem 51 agentes de animação turística com reconhecimento de Turismo de Natureza	*
	Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas /n.º total de reclamações recebidas)	%	n.a.	Não existem registos de referência para a AP	*
Natural.PT	Novos aderentes à marca Natural.PT	n.º	21	Desde 2020 que não existem novos aderentes. A marca está em processo de revisão.	*

TEMÁTICA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA (2024)	ESPECIFICAÇÃO	META PARA 2025-2028
	Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt	n.º	29	Desde 2020 que não existem novos aderentes. A marca está em processo de revisão.	*
Novas atividades e produtos	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP	n.º	0	-	2
	Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP	n.º	5	Festival de Observação de Aves de Sagres; Festival da Batata-doce de Aljezur; Feira das Atividades Económicas e Culturais de Odemira; FEI-TUR Feira de Turismo do SW; Festival do Amendoim do Rogil.	5
Inovação	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP	n.º	0	-	2
Educação e sensibilização ambiental	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP	n.º	4	Cada Município tem o seu plano de educação ambiental com atividades para diversos públicos-alvo	4
	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território	n.º	8634	CM Aljezur – 2475 CM Odemira – 2019 CM Sines – 1500 CM Vila do Bispo – 2640	32000
Participação pública no processo de cogestão	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e <i>networking</i>)	n.º	16	4 sessões participativas; 1 questionário digital online; 2 sessões auscultação; 8 presença em stand em feiras e eventos	20
Avaliação do processo de cogestão	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios)	n.º	12	ICNF; Municípios de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo; Universidade de Évora; Universidade do Algarve; GEOTA; TAIPA; Associação Vicentina; CCDR Algarve; CCDR Alentejo	20
	Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública)	%	100%	As sessões participativas foram amplamente participadas por todas as entidades da Comissão de Cogestão	100%
	Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário)	%	0	-	100%
	Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP-execução física e financeira	%	0	-	100%

*Não existem estimativas oficiais publicadas à data relativas a projeções para este território no horizonte temporal de 2025-2028, pelo que não se afigura possível indicar uma previsão/meta para este indicador.

Figura 34 - Análise geral das medidas definidas para o cumprimento das metas estabelecidas no conjunto mínimo obrigatório de indicadores para os Planos de Cogestão

INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TEMÁTICA MEDIDAS DO PLANO COGESTÃO PNSACV	Porta de entrada	Infraestruturas de lazer e visitação	Materiais de divulgação	Rotas e percursos pedestres	Sinalização	Visitação	Natural.pt	Novas atividades e produtos	Inovação	Educação e sensibilização ambiental	Participação pública no processo de Cogestão	Avaliação do processo de Cogestão
1.1 Conservar o património natural do PNSACV		x							x	x	x	x
1.2 Promover condições de apoio à visitação do PNSACV	x	x	x	x	x	x						
1.3 Promover a compatibilização entre as principais atividades económicas (agricultura/turismo) com os valores naturais do PNSACV								x	x	x	x	x
1.4 Valorizar e promover os produtos locais produzidos de forma sustentável	x		x				x		x			
2.1 Promover o conhecimento do património natural do PNSACV							x	x		x	x	
2.2 Proporcionar meios de sensibilização sobre o património natural do PNSACV	x		x	x	x	x				x	x	
2.3 Promover a investigação e a produção de conhecimento sobre o PNSACV								x	x		x	x
3.1 Comunicar o PNSACV à população (residente e visitante)			x				x	x		x	x	
3.2 Fomentar a apropriação do património natural do PNSACV e o sentido de pertença ao território			x					x	x		x	
3.3 Promover a coordenação e articulação institucional para a conservação da natureza, restauro ecológico e resiliência do território										x	x	x

9. DIVULGAÇÃO



No início de 2024 foi desenvolvida uma brochura física e digital, através da qual se pretendeu transmitir informação sobre o que é a Cogestão das áreas protegidas em geral e o modelo de Cogestão do PNSACV, em particular.

Para além disso, foi criado um espaço dedicado para a Cogestão do PNSACV no *website* oficial do Município de Odemira (que preside a Comissão) em <https://www.cm-odemira.pt/viver/concelho/parque-natural-do-sudoeste-alentejano-e-costa-vicentina> (Figura 35) e enviado link para colocação nos sites das entidades representadas na Comissão. Este espaço contém, para além da brochura promocional do modelo, outras informações em constante atualização. Para além disso, foi criado um endereço de correio eletrónico específico para rececionar opiniões e/ou sugestões, mesmo fora dos períodos formais de consulta: cogestaopnsacv@cm-odemira.pt

De referir também que as entidades da Comissão divulgaram nas respetivas redes sociais o questionário digital e as sessões participativas.

Figura 35 - Espaço digital online dedicado à Cogestão do PNSACV (Fonte: CM Odemira)



A Comissão tem vindo a envidar esforços no sentido de manter uma boa comunicação e divulgação das ações realizadas no âmbito da Cogestão do PNSACV, contando que as iniciativas previstas no presente Plano sejam disseminadas nos *websites* oficiais dos Municípios, do ICNF e dos membros da Comissão de Cogestão, incluindo seus parceiros. Para além disso, pretende-se utilizar amplamente as redes sociais, que venham a ser criadas para esse fim.

Prevê-se a elaboração de um plano de comunicação que agregue as ações deste âmbito, assinaladas nas Figuras 28, 29 e 30, que detalhará a conjugação dos diversos métodos e estratégias de divulgação, selecionando os meios mais eficazes para alcançar os públicos-alvo e cumprir os objetivos de comunicação da Cogestão no PNSACV.

10. BIBLIOGRAFIA



Carrapateira

- Balbino, R. 2009 - A Geologia do PNSACV – Caracterização Geral e Proposta de Atividades Geoeducativas. Mestrado em Ciências da Terra e da Vida. Departamento de Geologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa
- Cancela d'Abreu, A., Pinto Correia T., & Oliveira, R. (2004). Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental – volume V. DGOTDU, Lisboa
- Correia, T. P., Abreu, A. C., & Oliveira, R. (2001). Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*, 36(72)
- Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto. Diário da República n.º 159/2019, Série I. Define o Modelo de Cogestão das áreas protegidas. Presidência do Conselho de Ministros. Vol. n.º 159, 2-12. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/116-2019-124097546>
- DGT – Direção-Geral do Território (2002). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume V. Coleção Estudos 10. <https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/unidades-paisagem>
- DIRECTIVA92/43/CEE DO CONSELHO de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens. <https://eur-lex.europa.eu>
- Flora-on (2024). Sociedade Portuguesa de Botânica. <https://flora-on.pt>
- GeoPortal – Energia e Geologia. Laboratório Nacional de Energia e Geologia. <https://geoportal.lneg.pt/>
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2025). Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. <https://www.icnf.pt>
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2021). Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Conhecer o Parque Natural. Região de Turismo do Algarve. Multiponto S.A.
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2025). Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Dados cedidos por consulta
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2022). Recenseamento da população e habitação – censos 2021. <https://www.ine.pt>
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2025). Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica. Janeiro 2024 - Dezembro 2024 - dados provisórios; Janeiro 2025 - dados preliminares. Alojamento local com 10 ou mais camas. <https://www.ine.pt>
- LPN – Liga para a Proteção da Natureza (2024). Charcos temporários mediterrânicos. <https://lifecharcos.lpn.pt>
- Município de Aljezur (2025). Dados cedidos por consulta
- Município de Odemira (2025). Dados cedidos por consulta
- Município de Sines (2025). Dados cedidos por consulta
- Município de Vila do Bispo (2025). Dados cedidos por consulta
- Oliveira, J. T. et al (1984). Carta Geológica de Portugal – Escala 1/200 000. Notícia Explicativa da folha 7. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa
- ONU – Organização das Nações Unidas (2024). Objetivos de desenvolvimento sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso mundo. <https://unric.org/pt>
- Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A. (2021). Levantamento fotográfico cedido aos Municípios acionistas (Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo)
- Portaria n.º 67/2021 de 17 de março. Diário da República n.º 53/2021, Série I. Aprova o conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de Cogestão das áreas protegidas. Modernização do Estado e da Administração Pública e Ambiente e Ação Climática. Vol. n.º 53, 42-44. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/67-2021-159614844>

- Portaria n.º 247/2025/2, de 4 de abril. Diário da República n.º 67/2025, Série II. Aprova o Projeto de «Cogestão de áreas protegidas 2025-2028». <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/247-2025-913781388>
- PROGEO (2025). Universidade do Minho. Fundação para a Ciência e Tecnologia. <https://geossitios.progeo.pt/geosites>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho. Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental. Diário da República n.º 139/2008, 1º Suplemento, Série I de 2008-07-21, páginas 4536-(2) a 4536-(451) <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/115-a-2008-649774>
- Rivas-Martínez, S.; Penas, Á.; Del Río, S.; Díaz-González, T. E. & Rivas-Sáenz, S. (2017b), Bioclimatology of the Iberian Peninsula and Balearic Islands. «Lusitania», in J. Loidi (ed.), The Vegetation of the Iberian Peninsula, vol. 12: Plant and Vegetation 12:29-80, Cham: Springer.
- Rivas-Martínez, S.; Penas, Á.; Díaz-González, T. E.; Cantó, P.; Del Río, S.; Costa, J.; Herrero, L. & Molero, J. (2017a), «Biogeographic Units of the Iberian Peninsula and Balearic Islands to District Level. A Concise Synopsis», in J. Loidi (ed.), The Vegetation of the Iberian Peninsula, vol. 12: Plant and Vegetation, Cham: Springer 131-188.
- Rota Vicentina – Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina (2025). Dados cedidos por consulta em 28/01/2025
- TAGIS – Centro de Conservação das Borboletas de Portugal (s/d). Rede EBIO. <http://www.tagis.pt/rede-ebio.html>
- Turismo de Portugal (2025). Registo nacional de Turismo. Agentes de Animação Turística. <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT>

11. ANEXOS



ANEXO I – ESTATUTOS DA COMISSÃO DE COGESTÃO E DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PNSACV

FUNÇÕES DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PNSACV:

- Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida;
- Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;
- Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de gestão na área protegida;
- Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios, destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à exploração sustentável dos recursos naturais, à cultura e ao turismo de natureza;
- Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;
- Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida;
- Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do Conselho Estratégico;
- Executar os instrumentos de gestão;
- Consultar o conselho estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;
- Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da área protegida;
- Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho;
- Divulgar e garantir o conhecimento, a todo o tempo, pelo público em geral, da informação relevante produzida no âmbito da cogestão, incluindo informação relativa aos instrumentos de financiamento;
- A Comissão pode a todo o momento, e sempre que o considerar pertinente, determinar a constituição de grupos de trabalho específicos para o desenvolvimento e acompanhamento da execução de medidas e ações referentes a um determinado setor de atividade.

CONSELHO ESTRATÉGICO NO ÂMBITO DA COGESTÃO DO PNSACV:

O Conselho Estratégico integra:

- Um representante do ICNF, I. P.;
- Um representante das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e do Algarve;
- Um representante da Direção-Geral do Património Cultural;
- Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- Um representante da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Um representante da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Um representante das Direções Regionais de Agricultura e Pescas do Alentejo e do Algarve;
- Um representante da Câmara Municipal de Sines;
- Um representante da Câmara Municipal de Odemira;
- Um representante da Câmara Municipal de Aljezur;
- Um representante da Câmara Municipal de Vila do Bispo;
- Um representante das Juntas de Freguesia da área do PNSACV;
- Um representante da Associação de Beneficiários do Mira;
- Um representante da Capitania do Porto de Sines;
- Um representante da Capitania do Porto de Lagos;
- Um representante da Docapesca — Portos e Lotas, S. A.;
- Um representante da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.;
- Um representante da Universidade de Évora;
- Um representante da Universidade do Algarve;
- Um representante das Associações de produtores florestais;
- Um representante das Associações de pesca lúdica;
- Um representante das Associações de pesca profissional;
- Um representante das Organizações do setor da Caça;
- Um representante das Associações de Agricultores;
- Um representante das Entidades Regionais de Turismo do Alentejo e do Algarve;
- Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- Um representante das Associações de Desenvolvimento local/ regional;
- Um representante do Núcleo Empresarial da Região;
- Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área do PNSACV;
- Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

E tem como funções:

- Apreciar e emitir parecer prévio sobre o plano de cogestão da área protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;
- Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à cogestão da área protegida;

- Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à cogestão da área protegida que lhe sejam submetidos pela comissão de cogestão;
- Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida, bem como dos potenciais beneficiários;
- Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a área protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à comissão de cogestão;
- Apoiar a execução de medidas e ações do Plano de Cogestão da área protegida, nomeadamente através do disposto no número seguinte.
- Apreciar e emitir parecer nos casos em que, pelo menos, 50 % dos municípios abrangidos por uma área protegida de âmbito nacional proponham junto do ICNF, I. P., a adoção do modelo de cogestão.

O regulamento interno do Conselho Estratégico pode prever secções especializadas em função dos setores de atividades relevantes para o desenvolvimento sustentável da área protegida.

ANEXO II – RESUMO DO ENQUADRAMENTO LEGAL DO PNSACV

- Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de julho: cria a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
- Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de setembro: cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina que inclui uma área marinha adjacente;
- Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de dezembro: aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto: aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Estabelece o Sítio “Costa Sudoeste” (proposto para Sítio de Interesse Comunitário - SIC no âmbito da Rede Natura 2000);
- Decreto Regulamentar n.º 9/99, de 15 de junho: altera o Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de dezembro (aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina);
- Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro: cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio. Entre elas está a Zona de Proteção Especial “Costa Sudoeste” (esta integra diretamente a Rede Natura 2000). A Diretiva 79/409/CEE foi revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro;
- Decreto-Lei n.º 101/2013, de 25 de julho: procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de setembro, que define o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos;
- Portaria n.º 14/2014, de 23 de janeiro: define as artes permitidas, condicionamentos, termos do licenciamento e taxas aplicáveis ao exercício da pesca lúdica em águas oceânicas, em águas interiores marítimas ou em águas interiores não marítimas sob jurisdição da autoridade marítima;
- Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa - “Ponta de Sagres” (área atualmente integrada no Sítio “Costa Sudoeste” e na Zona de Proteção Especial (ZPE) “Costa Sudoeste” no âmbito da Rede Natura 2000);
- Declaração de Retificação n.º 10-B/2011, de 5 de abril: retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro, que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV) define zonas de proteção acrescida e medidas de proteção específicas para a zona marinha;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 4 de fevereiro: aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV);
- Portaria n.º 201/2019, de 28 de junho: Plano de gestão da área marinha da ZEC Costa Sudoeste.

ANEXO III – INTERAÇÕES COM OS ATORES CHAVE PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE COGESTÃO

	ATORES-CHAVE	Presença nas sessões participativas*	Reuniões presenciais e/ou via online	Contactos via telefone e/ou e-mail
DIMENSÃO SOCIAL				
	Agrupamento de Escolas de Colos	x		
	Agrupamento de Escolas de Odemira	x	x	
	Assembleia Municipal de Aljezur	x		
	Assembleia Municipal de Sines	x		
	Assembleia Municipal de Vila do Bispo	x		x
	Associação de Freguesias do PNSACV		x	x
	Associação de Proprietários das Quintinhas da Parreira	x		
	Associação Guardião - Associação de Nadadores Salvadores do Concelho de Odemira	x		
	Associação O Corvo e a Raposa	x		
	Centro Cultural e Social Figueira	x		
	Fórum do Território		x	x
	Fundação "O Cerro"		x	
	Gesto - Grupo de Estudos do Território de Odemira	x		
	Guarda Nacional Republicana - Destacamento de Odemira	x		
	Junta de Freguesia de Budens	x		
	Junta de Freguesia de Vila do Bispo e Raposeira	x		
	Junta Freguesa São Luís	x		
	Junta Freguesia Ajezur	x		
	Junta Freguesia Odeceixe	x		
	Junta Freguesia Rogil	x		
	Junta Freguesia Sines	x		
	Município de Aljezur	x	x	x
	Município de Odemira	x	x	x
	Município de Sines	x	x	x
	Município de Vila do Bispo	x	x	x
	Terras do Infante - Associação de Municípios	x		
	Tertúlia - Associação Socio-Cultural de Aljezur	x		
	TAIPA	x	x	x
	Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana/Subdestacamento de Controlo Costeiro de Vila Nova de Milfontes	x		x
	Universidade Sénior de Odemira		x	
DIMENSÃO ECONÓMICA				
	A.P.S. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve	x		
	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	x		
	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo	x		
	AHSA – Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur	x	x	x
	AICEP - Global Parques	x		
	Associação Casas Brancas	x		
	Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar	x		
	Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	x		
	Associação de Beneficiários do Mira	x		
	Associação de Empresários de Porto Covo Todo o Terreno	x		
	Associação de Mariscadores de Vila do Bispo	x		
	Associação de Produtores de Batata-Doce de Aljezur			x
	Associação Foz do Mira	x	x	

	Associação Mariscadores Profissionais PNSACV	x		
	Associação Regenerativa - Maresia	x		
	Associação Vicentina	x	x	x
	AVONDE A.C.	x		x
	BeSurf School	x		x
	Biopiscinas, Lda.	x		x
	Cape Cruiser Sagres	x		
	Casa da Seiceira - Alojamento Turístico	x		
	Clube de Caça e Pesca do Concelho de Aljezur	x		
	Clube de Caça e Pesca Odemirense	x		
	Comissão Pescadores e População Costa Portuguesa	x	x	x
	Dreamguro	x		
	Escola de Surf do Litoral Alentejano	x		
	Hike in Alentejo	x		
	Miravolta, ONGD	x		
	N.B.Z.M - Núcleo de Bodyboard da Zambujeira do Mar			x
	Região de Turismo do Algarve (RTA)	x		x
	Rota Vicentina - Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina	x	x	x
	Salema Eco Camp	x		
	Salema Tours	x		
	Simon Wates - As Aves dos Pastores	x		
	Sousa Prado e Filhos		x	x
	STAND UP PADDLE	x		
	SUP Sagres	x		
	Turismo do Alentejo e Ribatejo - ERT	x		x
DIMENSÃO AMBIENTAL				
	Algar- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.	x		
	ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	x		
	APA/ARH ALENTEJO			x
	Capitania do Porto de Lagos	x		
	CCDR Alentejo	x	x	x
	CCDR Algarve	x	x	x
	CEBAL	x	x	x
	DGRM	x		
	GEOTA	x	x	x
	ICNF	x	x	x
	Juntos pelo Sudoeste	x	x	x
	LPN	x		x
	MOSSY EARTH	x		x
	Projet Earth	x		
	Regenerativa	x		
	REWILDING SUDOESTE	x	x	x
	SEPNA - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente de Odemira (GNR)	x		
	Universidade do Algarve (MED, CCMAR, CIMA)	x	x	x
	Universidade de Évora (CIEMAR, MARE/ARNET)	x	x	x

* Foram remetidos e-mails a todos os presentes nas sessões participativas (que deixaram contacto) a informar sobre o ponto de situação de desenvolvimento do trabalho

**ANEXO IV – PROJETOS E AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E
RESTAURO ECOLÓGICO NA ÁREA TERRESTRE E MARINHA
DO PNSACV**

Projeto/Ação *	Entidades responsáveis	Outras entidades envolvidas
Projeto de sinalética nos percursos pedestres e cicláveis: limitar/balizar os trilhos existentes para evitar a sua proliferação e emitir mensagens de sensibilização relativamente à deposição de lixo na natureza	Associação Rota Vicentina	a)
Projeto MPA4Change: Monitorização da PP1 Ilhotes do Martinhal relativamente a alterações climáticas (estudos e ciência cidadã) (Vila do Bispo)	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Clubes de Mergulho
Projetos MOVE, MARHAB, MPA4Change, PhD Adela Belackova: Estudar os efeitos de proteção de AMPs (estudos de telemetria pargo, polvo, robalo, sargo)	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	a)
Projeto de mapeamento de habitats essenciais de espécies de tubarões ameaçadas	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	a)
Projeto de conservação de pradarias marinhas subtidais no estuário do Mira e estuários e lagoas salobras do PNSACV	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Municípios do PNSACV/ ECOALGA - escola de mergulho científico de Porto Covo
Projetos de conservação de corais e de macroalgas kelp no PNSACV	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Municípios/ Iberagar, Finisterra, Piscicultura do Vale da Lama, ECOALGA, DiversCape
Projeto de conservação de Macroalgas Gelidium no PNSACV	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Iberagar
Ações de inventariação da biodiversidade marinha ao longo do PNSACV: inserido no Festival das Florestas Marinhas (Vila do Bispo)	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Município Vila do Bispo/ Município Odemira
Festival das Florestas Marinhas: Palestras e debates para o público em geral, atividades de restauro e conservação com pescadores, clubes ligados ao mar e agentes locais; inventariação da biodiversidade marinha ao longo do PNSACV	CCMAR (Centro de Ciências do Mar do Algarve) e Universidade do Algarve	Município Vila do Bispo/ Município Odemira/ pescadores, clubes ligados ao mar e agentes locais
Projeto MOPPA: Monitorização da pesca do polvo no PNSACV	CCMAR/IPMA/Comité de co-gestão do Polvo	CCMAR/IPMA/Comité de co-gestão do Polvo
Projeto "Coastwatch": Ações de ciência cidadão que consiste na realização de caminhadas à beira-mar para observação e registo de informações ambientais e recolha de resíduos	GEOTA	Municípios / Escolas
Projeto TerraSeixe: Ações colaborativas (workshops, sessões participativas, etc.) multistakeholders com vista a desenvolver metodologias de gestão ambiental partilhada no território	GEOTA	Municípios, Juntas de Freguesia, Associações locais, Escolas, Agentes económicos
Projeto de monitorização e gestão do estuário do Mira: Estado de conservação do sistema, distribuição de pradarias de fanerogâmicas e migração de peixes.	MARE- Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade de Évora/ MARE - Faculdade de Ciências de Lisboa	ICT (Instituto de Ciências da Terra) - Universidade de Évora/ Associações de Pescadores Locais
Projeto StartSW: Avaliar e monitorizar a proteção na costa alentejana do Parque Marinho do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	MARE- Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Universidade de Évora/ MARE - Faculdade de Ciências de Lisboa	a)
Oficinas participativas: Dinâmicas para cocriação de soluções e definição de prioridades com as comunidades locais	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Banco de sementes de plantas nativas: salvaguardar a biodiversidade local para futuras reintroduções e projetos de recuperação	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Projeto de gestão sustentável de recursos hídricos: Implementação de sistemas para monitorar e otimizar o uso da água em zonas agrícolas e urbanas	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Roteiros gastronómicos: Valorização da culinária local baseada em produtos tradicionais e práticas sustentáveis no PNSACV	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Observatório ambiental: Monitorização contínua de indicadores ambientais e socio-económicos	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Projetos de agroecologia: Experimentação de práticas agrícolas que integrem conservação e produtividade sustentável	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Estudo sobre os impactos das alterações climáticas: Estudos de vulnerabilidade e adaptação dos ecossistemas do PNSACV às mudanças climáticas, incluindo o impacto na agricultura e pesca	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)

Projeto de infraestruturas verdes: Criação de barreiras naturais para prevenir erosão costeira, como plantação de espécies resistentes no PNSACV	MED (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento) UAlg	a)
Projeto de reprodução ex-situ de peixes endémicos de água doce integrada em centro de educação ambiental (Odemira)	Mossy Earth	Município Odemira
Projeto de certificação de marca "Amigos do Mira" para restaurantes e concurso gastronómico com espécies invasoras aquáticas	Mossy Earth	Município Odemira
Programa de envolvimento da comunidade piscatória em boas práticas de mar, rio e estuário	Mossy Earth	Associações de Pescadores/ Doca Pesca
Programa de restauro dos ecossistemas dunares: disciplinação de caminhos, ações de sensibilização, entre outros	Mossy Earth	Associação Rota Vicentina
Estratégia Transnacional de Luta contra a <i>Cortaderia selloana</i> (Odemira): ações de controlo, sensibilização, comunicação e investigação	Município de Odemira	Equipa LIFE Stop Cortaderia
Viveiros Municipais de Odemira: espaço dedicado para plantas autóctones com várias finalidades de utilização, por exemplo, jardins públicos, empreitadas municipais, espaços verdes, eventuais projetos de restauro ecológico, entre outros	Município de Odemira	Mossy Earth/ Universidade Évora/ Rede Guardião de Sementes
Programa "Viagens no Tempo - Histórias Contadas": Visitas interpretativas guiadas aliando património arquitetónico, arqueológico e natural de Odemira: celebração de dias comemorativos Dia Mundial das Zonas Húmidas/ Dia Mundial da Água/ Dia Europeu dos Parques Naturais	Município Odemira	a)
Projeto de Monitorização do Charco Temporário Mediterrânico Municipal - Vila do Bispo	Município Vila do Bispo	Universidade de Évora
Ações de restauro das ribeiras em Vila do Bispo	Município Vila do Bispo/ ICNF	Serviço de Proteção Civil de Vila do Bispo
Projeto "As aves dos Pastores" (Vila do Bispo)	Município Vila do Bispo/ ICNF	Simon Wates
Projeto "Torgal Vivo" - Regeneração da bacia hidrográfica da Ribeira do Torgal e do Rio Mira	Regenerativa Cooperativa Integral, CRL	Águas do Alentejo/ APA-ARH ALENTEJO
Projeto Zimbral for LIFE (Aljezur)	Rewilding Sudoeste/ Universidade Évora/ Município Aljezur	a)
Teses de doutoramento sobre o PNSACV: <i>Patterns and processes of foundation species and associated fauna on rocky shores: reefs of mussels and stalked barnacles; Ecology and conservation of the stalked barnacle Pollicipes pollicipes in SW Portugal: engaging fishers to promote the sustainability of the fishery; Benthic communities of tidepools: variability and connectivity with the surrounding emergent substrata; Dispersal and recruitment of barnacles (Chthamalus montagui and Pollicipes pollicipes) in continental Portugal</i>	Universidade de Évora	Várias entidades envolvidas
Projeto PercebeSW: Aumentar a sustentabilidade da apanha de percebe na costa SW de Portugal	Universidade de Évora, MARE/ ARNET (Rede de Investigação Aquática)	Associação Natureza Portugal
Ações de divulgação científica sobre o ambiente e organismos marinhos do PNSACV (por exemplo, "Vamos à maré? Biodiversidade e ecologia do litoral marinho", "Mamíferos e répteis marinhos, o que são e por que dão à costa", "Áreas Marinhas Protegidas da Costa Sudoeste")	Universidade de Évora, MARE/ARNET	Municípios
Ações de apoio à Rede Nacional de Arrojamentos – Rede Regional do Alentejo (ARROJAL; inclui a deteção de cetáceos odontocetes na costa alentejana através de monitorização acústica passiva; ações de sensibilização)	Universidade de Évora, MARE/ARNET	ICNF
Grupo de trabalho focado no estudo das dunas que dominam a paisagem da orla costeira do PNSACV do ponto de vista geomorfológico e evolutivo	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN)
Grupo de trabalho para o estudo integrado dos restos arqueológicos que se encontram na orla costeira com as mudanças na paisagem, nomeadamente no que toca a evolução das dunas as quais parecem ter interagido com os numerosos restos arqueológicos na região	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	Divisão do Património Arqueológico e das Arqueociências (Património Cultural. IP)
Ações de formação sobre o uso de ferramentas digitais para observação e previsão do ecossistemas do PNSACV para os funcionários municipais, proteção civil e setores económicos da Economia Azul	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	Municípios
Ações de monitorização e análise do estado de conservação das dunas na orla costeira (dunas no topo das arribas) do PNSACV	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	a)

Projetos de previsão e monitorização de parâmetros físico e biogeoquímicos das águas costeiras no PNSACV	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	a)
Projetos de previsão da exposição a riscos do tráfego marítimo e de derrames de petróleo no PNSACV	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	a)
Sistema de alerta e previsão de riscos ambientais costeiros no PNSACV	Universidade do Algarve (CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	a)
Projecto SealabHaus - “Atlantic New Bauhaus Laboratory for Sustainable, Inclusive and Beautiful Blue Tourism, Heritage and Culture of the Sea”projecto da Universidade de Arquitectura do Porto, incide sobre a relação entre as zonas costeiras do território português e o mar, a construção, o turismo e a preservação de ecossistemas - o caso do PNSACV	Universidade do Porto	Programa INTERREG – Espaço Atlântico

* Estes projetos e ações encontram-se em várias fases de maturidade (desde a simples ideia até à fase de implementação), sem quaisquer competências de gestão por parte da Comissão de Cogestão do PNSACV.

a) No momento de desenvolvimento do projeto serão definidas todas as entidades envolvidas.